



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS  
FACULDADE DE BIBLIOTECONOMIA**

**BRUNO FERREIRA MACIEL**

**A HISTORICIDADE CURRICULAR DA BIBLIOTECONOMIA NA UFPA: o ensino  
através dos tempos pela análise das ementas de fontes de informação**

Belém  
2018

BRUNO FERREIRA MACIEL

**A HISTORICIDADE CURRICULAR DA BIBLIOTECONOMIA NA UFPA: o ensino  
através dos tempos pela análise das ementas de fontes de informação**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Faculdade de Biblioteconomia, do Instituto de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal do Pará, como requisito para a obtenção do grau de Bacharel em Biblioteconomia.

Orientação: Prof<sup>a</sup>. MSc. Jane Veiga César da Cruz

Belém  
2018

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

---

M152h Maciel, Bruno Ferreira

A historicidade curricular da biblioteconomia na UFPA : o ensino através dos tempos pela análise das ementas de fontes de informação / Bruno Ferreira Maciel. - 2018.

79 f. : il. color.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Faculdade de Biblioteconomia, Instituto de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2018.

Orientação: Profa. MSc. Jane Veiga César da Cruz

1. Faculdade de Biblioteconomia. 2. Fontes de Informação. 3. Currículo. 4. Ementa I. Cruz, Jane Veiga César da, *orient.* II. Título

CDD 020

---

BRUNO FERREIRA MACIEL

**A HISTORICIDADE CURRICULAR DA BIBLIOTECONOMIA NA UFPA: o ensino  
através dos tempos pela análise das ementas de fontes de informação**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Faculdade de Biblioteconomia, do Instituto de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal do Pará, como requisito para a obtenção do grau de Bacharel em Biblioteconomia.

Orientação: Prof<sup>a</sup>. MSc. Jane Veiga César da Cruz

**Banca Examinadora:**

**Conceito:** \_\_\_\_\_

---

Prof<sup>a</sup>. MSc. Jane Veiga César da Cruz  
(Orientadora)

---

Prof. MSc. Williams Jorge Corrêa Pinheiro  
(Membro)

---

Prof. Dr. Hamilton Vieira de Oliveira  
(Membro)

## **AGRADECIMENTOS**

Nessa etapa da minha vida, onde nem tinha a pretensão de ser aluno da UFPA, preciso agradecer as pessoas que contribuíram do seu jeito, tornando minha jornada cheia de descobertas, diversão, conhecimento e me dando a devida tranquilidade para a elaboração deste trabalho.

Primeiramente, os meus pais Claudio Amaral Maciel e Maria Tereza Ferreira Maciel, por tudo o que sou como pessoa; a minha irmã Claudia Maciel dos Santos e meu sobrinho Éctor Maciel dos Santos, por tudo que representam para mim.

Aos meus companheiros de estágio na Biblioteca Central da UFPA, a destacar: Christian Figueiredo, Marcus Silva, Larise Cardoso, Ivana Mattos, Cleissiele Nascimento, além de Míriam Pimenta, sem esquecer das bibliotecárias Dona Rute (minha chefe na época), dona Vânia e o técnico administrativo, seu Zé João, obrigado por tudo. Também menciono a turma 2014 matutino, das quais terei sempre boas lembranças, a destacar: Monique Pantoja, Nilci Vieira, Mariana Martins, Camila Batista, Charles Freitas, Camila Martins, Marcio Gomes, Andressa Ferreira, Tamires Chavante, Tiago de Brito e Nélio Santana, vocês ficarão sempre na minha memória.

Agradeço aos professores Williams Pinheiro, Lucivaldo Barros e Diego Barros, por repassarem seus conhecimentos de modo excelente e estarem sempre solícitos a responderem minhas indagações. Um agradecimento especial a professora Jane Cruz, minha orientadora, por seu profundo conhecimento na área de fontes, tendo sido repassado a mim de forma clara e objetiva, além de me auxiliar com suas sugestões e ponderações acerca do meu trabalho.

Finalizo agradecendo a Universidade Federal do Pará, em especial a Faculdade de Biblioteconomia, por me proporcionarem cursar o ensino superior, ampliando minha visão de mundo e transformando minha vida para sempre.

## RESUMO

Aborda os períodos curriculares da Faculdade de Biblioteconomia da UFPA, objetivando verificar o ensino que discentes de várias épocas tiveram na disciplina Fontes de Informação, utilizando suas ementas, na qual comprova de forma documental, o conteúdo transmitido. Foram identificados quatro períodos curriculares, a saber: 1962 a 1981 (primeiro período), 1982 à 1992 (segundo período), 1993 à 2008 (terceiro período) e de 2009 até os dias atuais (quarto período). Os métodos empregados foram a pesquisa documental, de caráter qualitativo, onde buscou-se descrever todas as alterações ocorridas nas ementas de cada período até a época atual; em seguida fez-se uma análise com base nos dados obtidos na descrição ementária. Para tal, foram usadas pesquisas semelhantes ocorridas em outras áreas do conhecimento, além de uma contextualização histórica, a fim de embasar a análise. Os resultados demonstram o tipo de ensino empregado nos quatro períodos curriculares, indo de uma formação atrelada ao material impresso nos períodos iniciais do curso, até o enfoque crescente no meio eletrônico e na diversificação temática de fontes ao longo deste século XXI.

**Palavras-chave:** Período curricular. Fontes de informação. Ementa. Faculdade de Biblioteconomia – UFPA.

## ABSTRACT

It covers the curricular periods of the Faculty of Library Science of UFPA, aiming to verify the teaching that students of various epochs had in the discipline Information Sources, using their menus, in which documentary proof of the transmitted content. Four curricular periods were identified: 1962 to 1981 (first period), 1982 to 1992 (second period), 1993 to 2008 (third period) and 2009 to present (fourth period). The methods employed were documental research, of qualitative character, where we tried to describe all the changes occurred in the menus of each period up to the present time; and then an analysis was performed based on the data obtained in the description. To this end, similar research was used in other areas of knowledge, as well as a historical contextualization, in order to base the analysis. The results demonstrate the type of teaching used in the four curricular periods, ranging from a training linked to the printed material in the initial periods of the course, to the increasing focus on the electronic medium and the thematic diversification of sources throughout the 21st century.

**Keywords:** Curricular period. Information sources. Syllabus. Faculty of Librarianship - UFPA.

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Trajetória e desenvolvimento das bases de dados.....	24
Quadro 2 - Disciplinas curriculares do curso de Biblioteconomia da UFPA em 1963.....	36
Quadro 3 - Disciplinas curriculares do curso de Biblioteconomia da UFPA em 1982.....	38
Quadro 4 - Disciplinas curriculares do curso de Biblioteconomia da UFPA em 1993.....	39
Quadro 5 - Eixo temático e disciplinas curriculares do curso de Biblioteconomia da UFPA em 2009.....	41
Quadro 6 - Lista das IES federais que possuem o curso de Biblioteconomia e tem a disciplina Fontes de Informação ou equivalente.....	44
Quadro 7 - Lista das IES federais que possuem o curso de Biblioteconomia e disponibilizam a ementa da disciplina.....	46
Quadro 8 - Ementa detalhada da disciplina Fontes de Informação para Pesquisadores e Profissionais, do curso de Biblioteconomia e Gestão da Informação da UFMG.....	52
Quadro 9 - Ementa detalhada da disciplina Introdução as Fontes de Informação, do curso de Biblioteconomia e Gestão da Informação.....	54
Quadro 10 - Ementa detalhada da disciplina Fontes Gerais de Informação, do curso de Biblioteconomia da UFSC.....	56
Quadro 11 - Ementa detalhada da disciplina Fontes Especializadas de Informação, do curso de Biblioteconomia da UFSC.....	58
Quadro 12 - Dados obtidos das ementas inseridas nos períodos curriculares...	65
Quadro 13 - O tipo de ensino baseado nas ementas analisadas.....	72

# SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b>	<b>9</b>
<b>2 METODOLOGIA</b>	<b>11</b>
<b>3 FONTES DE INFORMAÇÃO</b>	<b>15</b>
3.1 FONTES DE INFORMAÇÃO: TIPOS E CARACTERÍSTICAS	15
<b>4 CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA DA BIBLIOTECONOMIA NO BRASIL</b>	<b>20</b>
4.1 AS BASES DE DADOS	23
4.2 AUTOMAÇÃO DE BIBLIOTECAS E O PORTAL DE PERIÓDICOS DA CAPES	27
<b>5 CURRÍCULO</b>	<b>30</b>
5.1 CURRÍCULO MÍNIMO E CURRÍCULO PLENO	32
5.1.1 OS PERÍODOS CURRICULARES DO CURSO DE BIBLIOTECONOMIA DA UFPA	35
5.1.2 A DISCIPLINA FONTES DE INFORMAÇÃO NA ATUALIDADE	39
5.2 A DISCIPLINA FONTES DE INFORMAÇÃO EM OUTROS CURSOS DE BIBLIOTECONOMIA PELO BRASIL	42
<b>6 ANÁLISE DE EMENTAS</b>	<b>59</b>
6.1 NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE	62
6.1.1 NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE NA FABIB	63
6.2 AS EMENTAS DA DISCIPLINA FONTES DE INFORMAÇÃO	64
<b>7 CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	<b>73</b>
<b>REFERÊNCIAS</b>	<b>75</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Esta pesquisa tem por finalidade examinar as mudanças ocorridas na ementa de uma disciplina fundamental do curso de Biblioteconomia da UFPA: Fontes de Informação. Sua relevância consiste em direcionar o pesquisador na busca da informação correta e fidedigna, ajudando na construção de novos conhecimentos, auxílio em pesquisas, revisões de literatura e acesso aos documentos em diversos formatos.

A evolução das fontes de informação (em especial as de caráter científico) tem como realidade predominante o seu formato impresso, no fim do século XV, com a invenção da prensa de tipos móveis, até mais da metade do século XX, quando advém a ascensão dos microcomputadores, criando o ambiente eletrônico para o acesso de documentos que, migraram para esse novo formato concomitantemente com o debate do papel do bibliotecário, principalmente no quesito da orientação ao usuário sobre fontes de informação impressas, eletrônicas e multimídia. A relação entre o ensino desde a instalação do curso em 1963 até os dias atuais, é a matriz investigativa desta pesquisa.

A importância da disciplina na formação do profissional bibliotecário justifica esta pesquisa, sendo crucial no bom atendimento das necessidades do usuário, orientando-o de forma correta e eficiente às fontes adequadas para sua necessidade de informação. A curiosidade sobre as mudanças no ensino (em especial desta disciplina) motiva uma análise acerca do que era e do que é ministrado ao alunato através do ementário proposto nos anos de abrangência desta pesquisa. Também motivador nesta pesquisa, o fato de contribuir com a Faculdade de Biblioteconomia (FABIB) da UFPA, no quesito de produzir conhecimento que atenda aos interesses da instituição responsável pela formação de vários bibliotecários na região norte.

São justamente as fontes que guardam a informação da qual determinado usuário precisa, seja uma pesquisa escolar, pesquisas acadêmicas, estudo para exames probatórios ou sanar dúvidas. O caminho correto para o acesso dessas fontes também deve ser observado, como a elaboração de uma referência seguindo as normas adequadas (no caso do Brasil a ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas).

As ementas representam o conteúdo de uma determinada disciplina, colocado em meio impresso ou eletrônico, que servirá como um guia do que será ministrado ao longo do período letivo. A opção feita foi pela análise das ementas correspondentes aos 4 (quatro) períodos curriculares do curso: o primeiro, entre os anos de 1962 (ano em que foi elaborado o Parecer nº 326, definindo o primeiro currículo mínimo do curso), até 1981; o segundo de 1982 (primeira reforma do currículo mínimo), até 1992; o terceiro de 1993 (segunda reforma do currículo mínimo) até 2008 e o quarto de 2009 até os dias atuais (conteúdo programático em vigor).

O pioneirismo na criação de um curso de Biblioteconomia no Brasil cabe a Biblioteca Nacional (Rio de Janeiro) em 1911, sendo posteriormente concebidas outras escolas de Biblioteconomia, concentrada principalmente no eixo sul-sudeste. No Pará, através da Resolução n. 1-A de 28 de janeiro de 1963, o curso de Biblioteconomia é criado, conjuntamente aos de Engenharia Mecânica e Formação de Atores, na UFPA (BECKMANN, 2007).

Faz-se pertinente verificar nesta pesquisa, todas as Universidades Federais que ofertem o curso de Biblioteconomia, com o intuito de descobrir como se dá o formato dessa disciplina em outras instituições, ressaltando-se não ser o objetivo do trabalho, a comparação de ementas com essas instituições, mas sim que sirvam para se ter um cenário da disciplina em âmbito nacional.

A problemática reside em saber quais as diferenças no ementário da disciplina: seus acréscimos, eliminações e alterações no conteúdo programático, tendo uma ideia sobre a formação das várias turmas de Biblioteconomia da UFPA que cursaram a disciplina Fontes de Informação.

O objetivo geral deste trabalho é identificar através de sua historicidade curricular, o ensino da atual disciplina Fontes de Informação, ao longo dos mais de 50 anos do curso de Biblioteconomia da UFPA, utilizando suas ementas. Os objetivos específicos são: descrever todos os períodos curriculares do curso de Biblioteconomia da UFPA; apresentar as ementas da disciplina Fontes de Informação da Faculdade de Biblioteconomia (UFPA), na busca de diferenças entre elas, dos anos inaugurais até os dias atuais; e analisar todas as inclusões, modificações e supressões feitas no conteúdo das ementas.

## 2 METODOLOGIA

Toda pesquisa necessita de um caminho lógico de investigação, uma metodologia responsável para que ela seja realizada e obtenha resultados. Para Fachin (2006, p. 29) “[...] método, em pesquisas, seja qual for o tipo, é a escolha de procedimentos sistemáticos para descrição e explicação de um assunto”. A escolha dos procedimentos adequados a cada pesquisa determina a efetividade dos resultados almejados. Primeiramente, foi necessário fazer um levantamento do que já foi publicado sobre fontes, com autores consagrados e pesquisas mais recentes da área (vide capítulo 3).

Como a pesquisa inclui consultas a material institucional, seu caráter é documental, conforme conceitua Gil (2010, p. 30-31):

Como delineamento, apresenta muitos pontos de semelhança com a pesquisa bibliográfica, posto que nas duas modalidades utilizam-se dados já existentes. A principal diferença está na natureza das fontes. A pesquisa bibliográfica fundamenta-se em material elaborado por autores com o propósito específico de ser lido por públicos específicos. Já a pesquisa documental vale-se de toda sorte de documentos, elaborados com finalidades diversas, tais como assentamento, autorização, comunicação etc. Mas há fontes que ora são consideradas bibliográficas, ora documentais. Por exemplo, relatos de pesquisas, relatórios e boletins, jornais de empresas, atos jurídicos, compilações estatísticas etc. O que geralmente se recomenda é que seja considerada fonte documental quando o material consultado é interno à organização, e fonte bibliográfica quando for obtido em bibliotecas ou bases de dados.

Gil (2010) diz que os procedimentos adotados na pesquisa documental seguem da seguinte maneira: formulação do problema; elaboração de um plano de trabalho; identificação das fontes; localização dessas fontes e obtenção do material; análise e interpretação dos dados; e finalizando com a redação do relatório.

Além de documental, a pesquisa é qualitativa, onde não requer técnicas de estatística ou mera exposição de números: busca-se dotar de significado os dados obtidos na pesquisa. Seguindo esse raciocínio:

As ideias centrais que orientam a pesquisa qualitativa diferem da pesquisa quantitativa. Os aspectos essenciais da pesquisa qualitativa consistem na escolha adequada de métodos e teorias convenientes; no reconhecimento e na análise de diferentes perspectivas; nas reflexões dos pesquisadores a respeito de suas pesquisas como parte do processo de produção de conhecimento; e na variedade de abordagens e métodos. (FLICK, 2009, p. 23)

A pesquisa do tipo qualitativa, muito comum nas ciências sociais, é ideal por proporcionar liberdade na abordagem de temas que exigem interpretação de dados obtidos.

Nesta pesquisa se faz necessário ressaltar que:

a) algumas informações pormenorizadas da área de fontes, muitas vezes não aparecem de forma oficial na ementa, como por exemplo, modos de acessar documentos em meio eletrônico através de motores de busca. Nesse sentido, não se espera refletir de forma fidedigna o que de fato foi ministrado em determinado período, apenas ter uma ideia aproximada baseado na ementa;

b) em nenhum momento a pesquisa pretende julgar o conteúdo da disciplina ou afirmar que tal prática ou metodologia é correta/errada. Busca-se apenas verificar o conhecimento repassado ao alunato nos anos da análise;

c) as informações mais específicas sobre o ementário foram retiradas de atas, do site oficial e livros que abordam a história do curso e nas ementas originais da atual disciplina Fontes de Informação que constam nos arquivos da secretaria da faculdade.

Ao final do processo de análise das ementas, será proposta (caso necessário) sugestões para inclusão de algum conteúdo, baseado nos estudos mais recentes sobre a disciplina.

Foi feita uma contextualização no âmbito desta pesquisa, onde foram abordados: a história da biblioteconomia brasileira, as influências curriculares vindas das escolas francesas e norte americanas conforme está na obra de Castro (2010); a história das bases de dados, visualizando sua trajetória através dos anos, onde inicialmente eram impressas e depois migraram para o formato eletrônico, presente nas obras de Heemann (1997) e Valentim (2001); as obras de Lima e Mendonça (1998) e Viana (2016) tratam sobre a automação de bibliotecas no Brasil e a obra produzida pela CAPES (2011), ressalta a importância da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) para o fomento da ciência no país.

Tal contextualização tem como objetivo apoiar a análise dos conteúdos das ementas, onde se justifica, por exemplo, a ausência de conteúdo sobre meio

eletrônico nos currículos mínimos de Biblioteconomia das décadas de 1960 até 1980.

A seguir serão elencadas as etapas necessárias para o procedimento de descrição e análise das ementas de Fontes de Informação, alvo desta pesquisa.

a) **Etapa 1:** A disposição da análise das ementas se baseia nos seguintes itens:

- I. Período em que a ementa foi elaborada;
- II. Objetivos da disciplina;
- III. Tópicos abordados;
- IV. Nível de detalhamento dos temas;
- V. Procedimentos de ensino;
- VI. Bibliografia utilizada e recomenda.

As informações então são retiradas de cada ementa nos períodos abrangidos, a saber: 1962 à 1981 (primeiro período curricular); 1982 à 1992 (segundo período curricular); 1993 à 2008 (terceiro período curricular) e de 2009 até os dias atuais (quarto período curricular).

Os dados obtidos e a análise será de apenas 1 (uma) ementa de cada período curricular. Apesar de citado nesta pesquisa, sobre alterações curriculares dentro de um mesmo período, optou-se por este critério em função da extrema dificuldade em obter as ementas anualmente (principalmente as mais antigas) e pelo objetivo em si, que é obter uma amostra de como foi o ensino da disciplina em cada período.

b) **Etapa 2:** Um quadro então é criado, inserindo todo o conteúdo dos pontos mostrados na Etapa 1. Em seguida é apresentado em sua totalidade, os conteúdos que permaneceram, foram modificados ou suprimidos nesses anos. Tal verificação se dará sempre em relação a ementa do período anterior. Por exemplo, em **Bibliografia utilizada e recomendada** de 1993, houve três inclusões (um artigo e dois livros) e duas eliminações de obras (dois livros), em relação à ementa de 1982.

- c) **Etapa 3:** Esta é a última etapa, iniciando com a formulação de um quadro com os quatro períodos curriculares abrangidos, no qual será feita uma análise sobre o conteúdo da ementa do respectivo período, observando o que se pretendeu transmitir aos discentes para a sua formação profissional. A validação das análises terá como base as dissertações de Souza (2010) e Perse (2011), contidas no capítulo 6, além da contextualização histórica feita no capítulo 4.

Definindo com base em tudo o que foi levantado, pretende-se chegar a conclusão do tipo de formação obtida por quem assistiu as aulas de Fontes de Informação nos períodos delimitados nesta pesquisa.

É possível observar o aspecto histórico devido aos períodos observados, revelando como a disciplina se situou através do tempo.

### 3 FONTES DE INFORMAÇÃO

As fontes de informação fazem parte do nosso cotidiano muitas vezes sem percebermos ou nos atentarmos para a sua importância. Na consulta de um dicionário, na leitura de um livro ou mesmo numa conversa, informações são transmitidas de um emissor para um receptor. As várias definições ressaltam sua amplitude, uma delas considerando uma fonte de informação como: “[...] qualquer recurso que responda a uma demanda de informação por parte dos usuários, incluindo produtos e serviços de informação, pessoas ou rede de pessoas, programas de computador, etc.” (BIREME, 2001, p. 7).

Em outra definição, de Arruda (2002, p. 99), as fontes são: “todos os tipos de meios (suportes) que contém informações suscetíveis de serem comunicadas”. A convergência sobre o conceito de fontes aponta para um suporte ou recurso como receptáculo de informações de interesse para quem deseja acessá-los.

Sua tipologia, surgimento e evolução através do tempo são explicados a seguir, destacando os principais meios que caracterizam uma fonte de informação, tendo como foco os de caráter científico.

#### 3.1 Fontes de informação: tipos e características

Com a chamada explosão bibliográfica oriunda do final da Segunda Guerra Mundial, a produção de informação científica aumentou exponencialmente ao ponto de necessitar de métodos eficazes de controle bibliográfico e recuperação da informação. Das disciplinas as quais a área biblioteconômica tem em sua essência, está Fontes de Informação, que é segundo Araújo e Fachin (2015, p. 84): “[...] referências sobre o que está registrado e disponível ao ser humano, possibilitando reinventar ou compreender melhor seu objeto de estudo”. Funciona como um farol na busca da informação correta ao usuário, gerando conhecimento para o mesmo.

Sobre os tipos de fontes, autores como Campello e Campos (1993), Cunha e Cavalcanti (2008) e Blattmann (2015), distribuem em três categorias:

- a) **Fontes primárias:** tratam-se das fontes de referência em uma determinada área, onde a informação é original e resultado de pesquisa, debate,

pensamento de seu(s) respectivo(s) autor(es). Exemplos são os livros e artigos de periódicos.

- b) **Fontes secundárias:** são fontes que apresentam uma informação filtrada das fontes primárias, facilitando assim o uso quando a intenção é uma informação mais rápida ou mesmo condensada. Como exemplo tem os dicionários e manuais.
- c) **Fontes terciárias:** funcionam como guias na obtenção de informações abalizadas sobre fontes primárias e secundárias. Exemplos são as bibliografias e periódicos de indexação e resumo.

Quanto ao suporte informacional, temos os tipos impressos e eletrônicos. As fontes no formato impresso são as mais antigas e remontam do final do século XV, após a invenção da prensa de tipos móveis pelo alemão Gutenberg, sendo que:

[...] existem várias fontes de informação que registram conhecimento de forma impressa, podendo ser a parede de uma caverna, um papiro, o couro de um animal, na argila, uma tabuleta de cera, uma pintura e/ou outros suportes que registrarão e registram a informação. Diante disso, a literatura sobre o que é impresso remete ao ato de imprimir, ou seja, a palavra vem do latim *impressu* – idem, particípio passado de *imprimere*, imprimir, ainda de acordo com o dicionário priberium, “impresso” está diretamente relacionado ao ato de se gravar algo por meio de **pressão**, o ponto crucial é que não se pode citar os registros informacionais de qualquer maneira, pode-se classifica-los como **antes** e **depois** da imprensa [...] (ARAÚJO; FACHIN, 2015, p. 85).

Portanto, é correto referir-se a tudo o que é anterior a invenção da imprensa como registros informacionais e o que surgiu após, registros impressos. Os livros propriamente ditos vieram dessa época e pelo menos até meados do século XVII, todo o conhecimento científico era resumido a esse suporte.

Justamente neste século surgiu o periódico científico, com a função de agilizar e trazer informações atualizadas da comunicação científica, sendo uma publicação que ganhou prestígio e reconhecimento por conta da formação de um corpo editorial para a avaliação dos artigos de uma publicação (conhecido como *referees*); os primeiros a surgir foram o *Journal des Sçavants* na França e o *Philosophical Transactions*, na Inglaterra (CAMPELLO; CAMPOS, 1993).

Os periódicos não se resumem aos que divulgam a ciência: há os jornais, revistas, atas, anuários e etc., de periodicidade variada. De acordo com a natureza

do conteúdo abordado, é possível classificá-los de forma semelhante aos tipos de fontes, de acordo com Souza (1992, p. 19):

- a) publicações primárias: publicam artigos ou matérias originais;
- b) publicações secundárias: publicam resumos ou sinopses de matérias originais;
- c) publicações terciárias: publicam revisões, sintetizando os conhecimentos sobre uma determinada matéria, a partir dos diversos elementos, originais ou não.

Contudo, uma determinada publicação periódica pode ser classificada simultaneamente em primária, secundária e terciária, quando publica matérias ou artigos originais, comenta e resume os últimos livros sugeridos e inclui uma matéria de revisão e síntese sobre um assunto em particular.

Igualmente importante na comunicação científica, vale ressaltar, estão os índices de indexação e resumo, surgidos também no século XVII, abrangendo primeiramente a área jurídica. O principal objetivo de elaborar índices, segundo Lancaster (1993, p. 1) é: “[...] construir representações de documentos publicados numa forma que se preste a sua inclusão em algum tipo de base de dados”.

Apesar de poucas iniciativas, foi no século XX que se tornaram mais importantes, no intuito de acompanhar a grande produção bibliográfica, como exemplos temos o *Science Citation Index*, o *Social Science Citation Index*, o *Arts & Humanities Citation Index*, entre outros (NORONHA; FERREIRA, 2000).

Assim ficou estabelecida a comunicação científica nos séculos seguintes onde só iria ter uma mudança significativa no modo de acesso e no formato, com o avanço tecnológico após a Segunda Grande Guerra.

Com a chegada do século XX e suas rápidas transformações em nível global com a ascensão dos microcomputadores e da internet, aparecem as fontes em formato eletrônico. A princípio, houve muita replicação de conteúdo impresso em meio eletrônico, sendo uma informação acondicionada em suporte digital, não físico. Sua tipologia é semelhante ao do impresso, como salienta Silva e Tomaél (2004, p. 7-8):

Em se tratando da comunicação informacional, a taxionomia biblioteconômica reconhece na rede os canais informais (correio eletrônico, grupos de discussão, conferências eletrônicas) e os formais. Divisa também os documentos eletrônicos primários (periódicos, livros, teses), secundários (dicionários, enciclopédias, almanaques) e terciários (índices, *abstracts*, catálogos online), transpostos e/ou gerados a partir de fontes impressas. [...] Algumas dessas fontes caracterizam-se por uma mixagem de fontes primárias, secundárias e terciárias; outras fogem completamente a qualquer

classificação prévia, porque são resultados do dinamismo no design característicos da Internet.

Uma fonte vital para a área tecnológica e que teve seu acesso e divulgação facilitada com esse formato eletrônico são as patentes, definidas como:

[...] o instrumento legal destinado a proteger a invenção aplicável à indústria, durante um prazo de tempo definido, contra cópias e quaisquer outros usos não autorizados pelo seu possuidor, de modo a permitir-lhe a exploração rentável dessa nova ideia. A patente declara a existência de um monopólio temporário, outorgado pelo Estado ao inventor ou a outrem por ele indicado, reconhecendo-lhe o direito de propriedade e de exploração da invenção descrita nesse documento. (FRANÇA, 2000, p. 353-354)

Assim como as patentes, os livros, os periódicos e demais formas impressas migraram ao formato eletrônico para fins de preservação, ampliação de acesso ou custos de produção, sendo os periódicos e índices de indexação e resumo os que mais abraçaram o novo formato.

Há de se considerar no escopo da pesquisa, pontos um pouco mais específicos sobre fontes de informação: fontes especializadas e fontes não-científicas.

A literatura especializada nada mais é do que uma informação focada numa determinada área do conhecimento, ainda sim sofrendo influência de fatores diversos como a grande quantidade de pesquisas, a rapidez da comunicação científica, como a descoberta de métodos ou experiências novas, as organizações sempre a frente de pesquisas em substituição ao pesquisador individual do passado e muitas vezes a divulgação restrita do conhecimento daquela área (CAMPELLO; CAMPOS, 1993).

As fontes não científicas são periódicos, livros e etc. que não tem preocupação de elaborar uma teoria ou quaisquer pesquisas de caráter científico, entretanto, podem trazer informações abalizadas e de outras temáticas que o ramo científico não cobre ou em geral não tem interesse em investigar. Segundo Paggi e Correa (2012, p. 7):

A veiculação de periódicos eletrônicos, principalmente os não científicos, levanta questionamentos em relação a qualidade e credibilidade destes, como fontes de informação. A Ciência da Informação direciona seus estudos à investigação das propriedades gerais da informação, preocupando-se em identificar e acompanhar as formas de produção, disseminação, recuperação e uso da informação, independentemente do suporte no qual a mesma se apresenta. Constituída pelos mesmos

princípios norteadores da Ciência da Informação, a Biblioteconomia, por sua vez desenvolve práticas como a análise de fontes de informação, a fim de determinar a credibilidade do conteúdo veiculado ao usuário, possibilitando que ele possua maior segurança na utilização de referenciais teóricos confiáveis.

Conclui-se que qualquer fonte não científica necessita de uma avaliação criteriosa para conseguir ganhar credibilidade e confiabilidade no tocante a indicação como material de informação segura.

As técnicas que a disciplina utiliza para o devido acesso é tanto o local como o remoto, sendo este último surgindo de forma mais recente com os documentos no meio eletrônico.

## 4 CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA DA BIBLIOTECONOMIA NO BRASIL

A obra de Castro (2000) nos dá um panorama detalhado da história da biblioteconomia brasileira, com contribuições de autores consagrados na área como Edson Nery da Fonseca, tornando-se referência com dados precisos e extensiva pesquisa.

Segundo o autor a origem do movimento fundador da biblioteconomia no país remonta à Biblioteca Nacional (BN), fundada em 1810 como Biblioteca do Rio de Janeiro, cujas obras em seu acervo são oriundas da Real Biblioteca, em Portugal, trazida pelo monarca D. João VI.

A grande dificuldade enfrentada na BN ao longo do século XIX foi a falta de pessoal qualificado. Em 1870, com a morte de Camilo de Monserrate, até então diretor da BN, assume em seu lugar o historiador Benjamin Franklin Ramiz Galvão, que promoveu mudanças administrativas depois de visitar bibliotecas europeias, como descrita por Castro (2000, p. 48):

Dentre as várias mudanças, destacamos o estabelecimento de um regulamento, em 1879, no qual divide a biblioteca em três seções: impressos, cartas geográficas, manuscritos e estampas. O horário de atendimento ao público é ampliado das 9 às 11 e das 18 às 21 horas e modificado o quadro de pessoal, que passou a ser composto de um bibliotecário, três chefes de seção, três oficiais, um secretário, oito auxiliares, um guarda e um porteiro.

Ainda no ano de 1879 foi realizado o primeiro concurso público para preenchimento de vagas para bibliotecário no Brasil, que requeriam conhecimentos de História, Geografia, Filosofia, Bibliografia, Iconografia, Literatura, Catalogação de manuscritos e traduções do Latim, Francês e Inglês; nos concursos subsequentes, foram mantidos os mesmos conteúdos, onde se seguia os moldes da École de Chartes de Paris, que foi a pioneira em formação de pessoal para atuar em bibliotecas no mundo (CASTRO, 2000).

O marco no ensino da biblioteconomia nacional se deu com a criação em 1911 do Curso de Biblioteconomia oferecido pela BN. Entretanto, suas atividades só iniciaram em 1915 devido a várias dificuldades como desistências de candidatos e falta de professores. O autor discorre sobre o conteúdo e requisitos para ser admitido no curso ofertado pela BN, em que:

Em 1915, abertas as inscrições de 15 a 31 de março, vinte e um candidatos foram aceitos por atenderem às condições determinadas pelo regulamento de 1910, no seu Art. 36, as quais constavam de exame de admissão, que se compunha de prova escrita de português e provas orais de Geografia, Literatura, História Universal e de Línguas: francês, inglês e latim. Contudo, estavam dispensados os candidatos admitidos anteriormente em escolas superiores ou aqueles aprovados para a carreira de bibliotecário. Vê-se, portanto, que não há diferença entre os critérios de ingresso adotados por este dispositivo para o curso e os exigidos no concurso para bibliotecário, instituído por Ramiz Galvão, no qual foi aprovado Capristano de Abreu. Em resumo, era condição, para ser bibliotecário, possuir cultura geral o que incluía, além de conhecimento da língua materna, demonstrado em prova escrita, saberes universais nos diversos campos, aliados aos domínios dos idiomas falados nas Artes, Ciências e Letras. (Castro, 2000, p. 54-55)

As disciplinas eram quatro, sendo cada uma compostas por matérias, são elas: Bibliografia (Administração de Bibliotecas, Catalogação); Paleografia e Diplomática (Cartografia); Iconografia (Sigilografia) e Numismática (Filatelia). Esse curso perdurou até 1922, sendo substituído pelo Curso Técnico, do Museu Histórico Nacional, objetivando a formação de profissionais para atuarem nessa instituição, na própria Biblioteca Nacional e no Arquivo Nacional (CASTRO, 2000).

Entretanto, esse curso nunca foi iniciado, tanto por discordância de alguns professores, como de uma lei que mandava aproveitar esses funcionários em seus respectivos órgãos. Somente em 1931 o curso é retomado, com a duração de dois anos, com basicamente o mesmo conteúdo, sendo substituída a Numismática por História Literária, com aplicação à Bibliografia (CASTRO, 2000).

A influência de formação humanística francesa permeou o modelo biblioteconômico da BN, fato este que não teve ressonância no vizinho estado de São Paulo. Outro modelo, norte-americano, de caráter técnico, foi implantado pelo Mackenzie College, fundado em 1870 por George Chamberlain e sua esposa Mary Annesly, instituição de ensino particular diferenciada das demais pelo seu modelo de ensino liberal: salas mistas, proibição de castigos físicos, esportes para as mulheres, liberdade religiosa, entre outras (CASTRO, 2000).

Em função da inauguração da biblioteca da instituição em 1926, foi introduzido o modelo tecnicista norte-americano, no qual consiste em dar ênfase em disciplinas como Catalogação, Classificação, Indexação, além de conteúdo sobre administração voltada as bibliotecas.

O curso do Mackenzie segue até 1936, quando é então substituído pelo Curso de Biblioteconomia do Departamento de Cultura da Prefeitura Municipal de

São Paulo, criado pelo ilustre professor Rubens Borba de Moraes (CASTRO, 2000). Moraes adota o tecnicismo e o adapta a realidade paulista e brasileira.

Avançando aos anos 1940, temos a retomada do curso de formação bibliotecária da BN, com algumas mudanças a destacar: formar profissionais para trabalhar em quaisquer instituições de informação e não somente na BN, oferecimento de bolsas de estudos para os residentes de fora do Rio de Janeiro e, a divisão do curso em três níveis (Curso Fundamental de Biblioteconomia, Curso Superior de Biblioteconomia e Cursos Avulsos).

As disciplinas distribuídas eram: Organização de Bibliotecas; Classificação e Catalogação; Bibliografia e Referência; História do Livro e das Bibliotecas; Noções de Paleografia; Iconografia; Mapotecas; Bibliotecas Públicas; História da Literatura; Bibliografia de Balzac e Conservação e restauração de livros, as duas últimas para os bibliotecários diplomados, como especialização (CASTRO, 2000).

As décadas de 1950 e 1960 foram marcadas pelas críticas e reivindicações diversas: ausência de um currículo mínimo, baixo reconhecimento da profissão, ensino muito atrelado ao tecnicismo em detrimento a origem humanística da biblioteconomia no Brasil, entre outras (CASTRO, 2000). Esse movimento contestatório culminou com a formação do primeiro currículo mínimo do curso de Biblioteconomia, através do Parecer N° 326/62 do Conselho Federal de Educação (mais detalhes no capítulo 5, seção 5.1.1) e na elaboração da Lei 4.084 de 30 de junho de 1962, que dispõe sobre a profissão de bibliotecário.

Ao longo dos anos 1970 e 1980, decorreram várias transformações no cenário político e econômico brasileiro: foi instaurado o regime militar em 1964, onde vários direitos foram suspensos e a censura prévia passou a vigorar, sendo que nessas duas décadas, intensificou-se o endurecimento das medidas, até o desgaste nos anos 1980, com a democracia restaurada em 1987; grandes obras de infraestrutura nos anos 1970, como a criação da Transamazônica, aqueceram a economia e trouxeram migrantes para povoar mais o interior do país, visando a segurança nacional contra interesses externos, além da ascensão dos microcomputadores e melhora das telecomunicações.

Na área da biblioteconomia, houve a expansão dos cursos e frequentes mudanças em seus currículos mínimos, nada muito substancial, mas foi engendrado assuntos sobre o território nacional; não é possível afirmar que tais disciplinas foram

imposições do regime militar, entretanto, em face da forte propaganda nacionalista do período, sua influência está presente no currículo mínimo de 1982, através da Resolução n. 8, de 29 de outubro de 1982 do CFE (mais detalhes no capítulo 5, seção 5.1.1).

A década de 1990 e o início do século XXI foram marcados pelo fim do currículo mínimo nacional para o curso de Biblioteconomia, onde as escolas tiveram liberdade para elaborar seus conteúdos programáticos. Como será visto nas seções mais adiante, esse período é marcado pela intensa informatização, a migração em massa dos periódicos científicos impressos para as bases de dados eletrônicas e os processos biblioteconômicos, sendo executados em microcomputadores, como por exemplo, o processo de catalogação de obras diversas.

#### **4.1 As bases de dados**

Há vários conceitos para base de dados, dos quais muitos trazem apenas o aspecto eletrônico, outros o fazem em sentido mais amplo, abordando seu aspecto impresso. Lancaster (1993, p. 305) trata de forma mais abrangente, considerando base de dados como:

Uma coleção de itens sobre os quais podem ser realizadas buscas com a finalidade de revelar aqueles que tratam de um determinado assunto. A base de dados consiste em artefatos, como livros (o acervo de uma biblioteca é uma base de dados com certeza), ou registros que representam os artefatos, como, por exemplo, registros bibliográficos constantes de páginas impressas, de fichas ou de meios eletrônicos.

Já na dissertação de Heemann (1997, p. 2), ela informa o conceito que normalmente aparece na literatura em Ciência da Informação: “[...] um arquivo ou um conjunto de arquivos computacionais no qual são armazenados dados, permitindo a recuperação e atualização da informação”.

Há ainda conceituações simplificadas sobre as bases de dados, como a de Rowley (1994, p. 66), que define como: “uma coleção de registros similares entre si e que contém determinadas relações entre esses registros”.

A trajetória das bases de dados tem no artigo de Valentim (2001) um ponto de referência, na qual ela explica o início da migração das bases impressas para o eletrônico, onde:

Na década de sessenta, as instituições que processavam a informação, selecionando-a, analisando-a e disponibilizando-a de forma impressa, como os conhecidos abstracts ou index, perceberam a necessidade de utilizar o recurso da informática para agilizar o acesso às informações.

Essas instituições aliaram-se ao desenvolvimento da informática - na época em que se iniciava a democratização do uso dos microcomputadores nos Estados Unidos e Europa - década de sessenta – e passaram a processar a informação de forma automatizada. A esse novo formato de organização e disponibilização da informação dá-se o nome de bases de dados. (VALENTIM, 2001, p. 67-68)

A autora considera que o termo bases de dados está atrelado a essa iniciativa na década de 1960, de disponibilizar as informações no meio eletrônico, para maior facilidade de acesso e rapidez no processo de produção.

No Quadro 1 será apresentado o desenvolvimento das bases de dados através das décadas de 1950 à 1990, levantamento feito pela autora no qual mostra os produtos oferecidos, a tecnologia utilizada na época e as características observadas.

**Quadro 1 – Trajetória e desenvolvimento das bases de dados.**

<b>Tempo</b>	<b>Produtos</b>	<b>Tecnologia</b>	<b>Características</b>
<b>Anos 1950</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Cadastros;</li> <li>• Abstracts;</li> <li>• Index;</li> <li>• Diretórios;</li> <li>• Anuários;</li> <li>• Bibliografias;</li> <li>• Balanços;</li> <li>• Pesquisas;</li> <li>• Etc.</li> </ul>	Os produtos são desenvolvidos e impressos em papel.	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Falta de normatização e padrões;</li> <li>• Pouca cooperação entre instituições;</li> <li>• Dificil distribuição e disseminação da informação;</li> <li>• Alto custo de impressão e distribuição;</li> <li>• Demora no acesso à informação;</li> <li>• Qualidade na pesquisa questionável.</li> </ul>
<b>Anos 1960</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Cadastros;</li> <li>• Abstracts;</li> <li>• Index;</li> <li>• Diretórios;</li> <li>• Anuários;</li> <li>• Bibliografias;</li> <li>• Balanços;</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Os produtos são desenvolvidos e impressos em papel;</li> <li>• A cooperação acontece através da troca de fitas magnéticas.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Início de normatização e definição de padrões;</li> <li>• Início de cooperação entre instituições;</li> <li>• Melhoria na distribuição e disseminação da informação;</li> <li>• Alto custo de impressão e</li> </ul>

	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Pesquisas;</li> <li>• Etc.</li> </ul>		<p>distribuição;</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Maior velocidade no acesso à informação;</li> <li>• Qualidade na pesquisa questionável.</li> </ul>
<b>Anos 1970</b>	<p>Bases de dados eletrônicas do tipo:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Bibliográficas;</li> <li>• Referenciais;</li> <li>• Cadastrais;</li> <li>• Numéricas.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• As bases de dados tradicionais mantêm o formato em papel, mesmo oferecendo o produto em formato eletrônico;</li> <li>• Uma parcela das novas bases de dados são oferecidas apenas em formato eletrônico, não tendo versão em papel;</li> <li>• A cooperação acontece através da troca de informações online, ou seja, utilização da microinformática e das telecomunicações.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Normatização e padrões internacionalmente aceitos;</li> <li>• Cooperações entre instituições totalmente estabelecida;</li> <li>• Distribuição e disseminação da informação mais eficiente;</li> <li>• Alto custo de impressão e acesso às informações (telecomunicação);</li> <li>• Acesso em tempo real à informação;</li> <li>• Qualidade na pesquisa aceitável.</li> </ul>
<b>Anos 1980</b>	<p>Bases de dados eletrônicas e ópticas do tipo:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Bibliográficas;</li> <li>• Referenciais;</li> <li>• Cadastrais;</li> <li>• Numéricas.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• As bases de dados tradicionais mantêm o formato em papel, mesmo oferecendo o produto em formato eletrônico e/ou óptico;</li> <li>• Uma parcela das novas bases de dados são oferecidas em formato eletrônico e/ou em formato óptico, não tendo versão em papel;</li> <li>• A cooperação acontece através da troca de</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Normatização e padrões internacionalmente aceitos;</li> <li>• Cooperação entre instituições totalmente estabelecida;</li> <li>• Distribuição e disseminação da informação mais eficiente;</li> <li>• Alto custo de impressão e acesso às informações (telecomunicação);</li> <li>• Baixo custo de acesso às bases de dados em formato óptico;</li> <li>• Acesso em tempo real à informação;</li> <li>• Qualidade na pesquisa aceitável.</li> </ul>

		informações online, ou seja, utilização da microinformática, tecnologia óptica e das telecomunicações.	
<b>Anos 1990</b>	Bases de dados eletrônicas e ópticas do tipo: <ul style="list-style-type: none"> <li>• Bibliográficas;</li> <li>• Referenciais;</li> <li>• Fontes (texto completo) <ul style="list-style-type: none"> <li>- Numéricas</li> <li>- Textuais</li> <li>- Textuais e Numéricas.</li> </ul> </li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• As bases de dados tradicionais mantém o formato em papel, mesmo oferecendo o produto via internet ou com tecnologia óptica;</li> <li>• Uma parcela das novas bases de dados são oferecidas em formato eletrônico via internet e/ou em formato óptico, não tendo versão em papel;</li> <li>• A cooperação acontece através da troca de informações online, ou seja, utilização da microinformática, tecnologia óptica e das telecomunicações, principalmente através do uso da rede internet.</li> <li>• Modelos de metadados.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Normatização e padrões internacionalmente aceitos;</li> <li>• Cooperação entre instituições totalmente estabelecida;</li> <li>• Distribuição e disseminação da informação mais eficiente;</li> <li>• Alto custo de impressão;</li> <li>• Acesso às informações via internet com custo subsidiado;</li> <li>• Baixo custo de acesso às bases de dados em formato óptico;</li> <li>• Acesso em tempo real à informação;</li> <li>• Qualidade na pesquisa aceitável;</li> <li>• Vários padrões de organização da informação no meio eletrônico/digital.</li> </ul>

**Fonte:** Valentim, 2001, p. 68-69. Adaptado pelo autor.

Nota-se a evolução das bases de dados, onde além de somente disponibilizarem em formato impresso, as instituições de pesquisa careciam de cooperação mútua e as dificuldades de acesso às informações. Até chegar aos anos 1990, o surgimento de novos meios de armazenamento e acesso (meios ópticos e internet), trouxeram um intercambio total entre as instituições, facilidades na disseminação informacional, queda nos custos de manutenção e acesso dos documentos.

## 4.2 Automação de bibliotecas e o Portal de Periódicos da CAPES

O pensamento de uma unidade de informação ter seus processos automatizados (como pesquisa, catalogação, indexação e etc.), foi elaborada justamente com os avanços na área de informática na década de 1960 a nível internacional. Segundo Viana (2016, p. 49):

Desde o início das discussões do uso de computadores em bibliotecas no Brasil, entre 1960 e 1970, as instituições de ensino superior sempre buscaram acompanhar o desenvolvimento das tecnologias, a partir das experiências de instituições dos Estados Unidos e de países da Europa (principalmente da Inglaterra), através da leitura de bibliografias que começavam a ser publicadas. A partir do final dos anos 1970 começam a serem utilizados os primeiros sistemas de automação de bibliotecas, e no final dos anos 1980 surgiram no Brasil as primeiras experiências com o desenvolvimento de softwares comerciais para bibliotecas, e também de alguns livres. Nos dias atuais, a partir de 2011, as universidades brasileiras começaram a adotar ferramentas de descoberta para suas bibliotecas, integrando todos os seus registros bibliográficos dos acervos físicos com os recursos eletrônicos que podem acessar através da Internet.

Isso acaba por influenciar a composição dos chamados currículos mínimos (abordados detalhadamente no capítulo 5), onde é notada a inclusão de disciplinas na área de informática somente em 1993, em se tratando do curso de Biblioteconomia da UFPA.

Ainda sobre o histórico da automação de bibliotecas, Viana (2016) relata que em 1984 foi criada a Lei Federal nº 7232 que fixou a Política Nacional de Informática para alguns segmentos, como os softwares. As empresas de tecnologias nacionais da época, não tiveram capacidade para atender à crescente demanda, principalmente de centros de informação, sendo a partir dos anos 1990, com a estabilidade na produção dos microcomputadores e criação de softwares, que a automação de fato se fez mais presente nas universidades.

Um dos programas que impulsionou a prática biblioteconômica em microcomputadores foi o MicroISIS, conforme Lima e Mendonça (1998, p. 126) falam de sua implantação no Brasil:

No final de 1985, adaptando o Sistema ISIS que operava em computadores de grande porte, a Unesco lançou o MicroISIS, programa de gestão de bases de dados documentais para microcomputadores IBM-PC e compatíveis. Este programa permite construir e gerenciar bases de dados

estruturadas e não-numéricas, derivadas de coleções de objetos homogêneos, constituídas principalmente de textos descritivos. Foi desenvolvido pela Unesco para satisfazer a necessidade expressa por muitas instituições, especialmente em países em desenvolvimento, para gerenciarem informações utilizando novas tecnologias.

A popularização do uso dos computadores nas bibliotecas e cursos de Biblioteconomia deve-se pela simplicidade e baixo custo em adquirir o programa, onde os processos até então feitos manualmente, puderam ser executados mais rapidamente em meio eletrônico (LIMA; MENDONÇA, 1998).

Outro importante marco para o país, anterior aos sistemas informatizados, foi a criação da CAPES em 11 de julho de 1951, por meio do Decreto nº 29.741, tendo como objetivo o aperfeiçoamento de pessoal no nível superior (CAPES, 2011). Seu primeiro idealizador e presidente foi Anísio Teixeira, cujo mandato foi de 1952 até 1964.

Nos anos 1960, em meio a dificuldades financeiras, a CAPES chegou a realizar um empréstimo ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) para a criação de bolsas de estudos, onde em 1965 através do chamado Parecer Sucupira, implantou a pós-graduação no Brasil (CAPES, 2011).

Os anos 1970 trouxeram várias mudanças no órgão: mudança de sede da cidade do Rio de Janeiro para a capital federal, Brasília; alteração estrutural pelo Decreto 74.299 onde ganhou autonomia administrativa e financeira; e o início de avaliações de cursos de pós-graduação, induzindo as universidades a criarem suas pró-reitorias de pós-graduação, no intuito de uma melhor comunicação com as universidades (CAPES, 2011).

Os anos 1980 foram de estabilidade e crescimento para o órgão, a destacar as parcerias com instituições internacionais e a mudança na distribuição de bolsas de estudos em pós-graduação, pela nota de avaliação dos cursos.

Na alvorada de 1990, a CAPES chegou a ser extinta pelo governo Collor, na Medida Provisória nº 150, de 15 de março de 1990, causando críticas e mobilização na comunidade acadêmica de todo o país. Isso foi corrigido com a recriação da CAPES pela Lei nº 8.028.

Também nessa década foi dada uma maior atenção a regiões fora do eixo sul-sudeste, como o Programa Norte de Pós-Graduação. Com o avanço da informatização e o estabelecimento de bases de dados eletrônicas a nível internacional, foi pensada a criação de um portal eletrônico da instituição, que

facilitasse o acesso a diversos documentos que já estavam migrando para o formato eletrônico, além de diminuir os desequilíbrios regionais (CAPES, 2011).

Os anos 2000 começaram com a criação do Portal de Periódicos da CAPES, conforme o registro na revista de 60 anos do órgão:

O Portal de Periódicos foi oficialmente lançado em 11 de novembro de 2000, na mesma época em que começavam a ser criadas as bibliotecas virtuais e quando as editoras iniciavam o processo de digitalização dos seus acervos. O conteúdo inicial do Portal contava com um acervo de 1.419 periódicos e mais nove bases referenciais em todas as áreas do conhecimento.

Em 2001, as instituições de ensino superior usuárias do Portal passaram a assinar um termo de compromisso com a Capes pelo qual se comprometem a cumprir o regulamento do programa e as normas para uso das publicações eletrônicas disponíveis. Neste ano, teve início as Jornadas de Treinamentos no Portal de Periódicos, com objetivo de capacitar bibliotecários e profissionais da informação encarregados de multiplicar essas informações para alunos e professores nas universidades. O acervo do Portal atingiu a marca de 1.882 periódicos com texto completo e 13 bases referenciais acessados por 72 instituições de ensino e pesquisa de todo o país. (CAPES, 2011, p. 28)

Ao longo dos anos, o número de periódicos e bases de dados cadastradas foi aumentando, tornando-se uma referência no país para pesquisadores, estudantes e professores. Também há iniciativas para a graduação e até para o ensino básico, com o programa Parfor, fomentando o aperfeiçoamento de professores em três situações:

[...] professor que ainda não tem curso superior (primeira licenciatura); professor com graduação, mas que leciona em área diferente daquela em que se formou (segunda licenciatura); e bacharel sem licenciatura que precisa de estudos complementares que o habilitem ao exercício do magistério. (CAPES, 2011. p. 18)

Por toda essa contextualização feita, pretende-se justificar na análise ementaria, algumas diferenças concernente ao aparecimento de disciplinas voltadas a área tecnológica e a inclusão na ementa de Fontes de Informação, conteúdo sobre meios eletrônicos.

## 5 CURRÍCULO

Quando se pensa em currículo, logo o que vem à mente é o documento onde constam informações elencadas de forma demonstrativa. Há vários conceitos sobre currículo, sendo na área educacional denominado de **teoria do currículo**, onde denotam afirmações de como devem ser entendidas (SILVA, 2005). Uma delas define que é um:

[...] conjunto de conhecimentos ou matérias a serem superadas pelo aluno dentro de um ciclo – nível educativo ou modalidade de ensino é a acepção mais clássica e desenvolvida; o currículo como programa de atividades planejadas, devidamente sequencializadas, ordenadas metodologicamente tal como se mostram num manual ou num guia do professor; o currículo, também foi entendido, às vezes, como resultados pretendidos de aprendizagem; o currículo como concretização do plano reprodutor para a escola de determinada sociedade, contendo conhecimentos, valores e atitudes; o currículo como experiência recriada nos alunos por meio da qual podem desenvolver-se; o currículo como tarefa e habilidade a serem dominadas como é o caso da formação profissional; o currículo como programa que proporciona conteúdos e valores para que os alunos melhorem a sociedade em relação à reconstrução social da mesma [...] (SACRISTÁN *apud* PARANÁ, 2008, p. 15).

Outro conceito, de Silva (2005, p. 15) corrobora com essa, ao afirmar que: “O currículo é sempre resultado de uma seleção: de um universo mais amplo de conhecimentos e saberes seleciona-se aquela parte que vai constituir, precisamente o currículo”.

Essa visão de um conteúdo de conhecimentos agregados e transmitidos para o alunato provém de concepções oriundas das primeiras universidades criadas no período medieval europeu, onde:

A versão mais tradicional de currículo que comumente chega até nós refere-se a um elenco de disciplinas adotado na Idade Média: o *Trivium* (1º ciclo) com gramática, retórica e dialética e o *Quadrivium* (2º ciclo) com aritmética, música, geometria e astronomia, totalizando assim as sete Artes Liberais que compunham o saber medieval. (MALTA, 2013, p. 342).

As teorias do currículo dividem-se em três vertentes, cada qual associada ao seu contexto histórico e percepção de como tende a ser sua elaboração mais eficaz: teorias tradicionais, teorias críticas e teorias pós-críticas (SILVA, 2005).

A teoria chamada de tradicional busca a neutralidade, com foco na didática e na metodologia do ensino, tendo como seus principais pensadores Bobbit,

Tyler e Dewey, buscando sempre enfatizar um objetivo prático através dos currículos, cujos processos por vezes mecanizados, devem obter os resultados desejados. Conteúdo eficiente é o mote desse modelo curricular (MALTA, 2013).

As chamadas teorias críticas ganharam esse termo por contestaram o *status quo* do ensino e aprendizagem, discordando do modelo tradicional então vigente, como detalha Malta (2013, p. 345):

Em meio aos muitos movimentos sociais e culturais que caracterizaram os anos de 1960 em todo o mundo, surgiram as primeiras teorizações questionando o pensamento e a estrutura educacional tradicionais, em específico, aqui, as concepções sobre o currículo. As teorias críticas preocuparam-se em desenvolver conceitos que permitissem compreender, com base em uma análise marxista, o que o currículo faz. No desenvolvimento desses conceitos, existiu uma ligação entre educação e ideologia. Além disso, vários pensadores elaboraram teorias que foram identificadas como críticas e, embora tivessem uma linha semelhante de pensamento, apresentavam suas peculiaridades.

A partir desse movimento, o direcionamento curricular deveria ser debatido, fruto de reflexão sobre o conteúdo elaborado e não meramente exposto e acatado. O pensamento sobre o impacto negativo do capitalismo na vida das pessoas, onde sua ideologia era transmitida através do ensino definido pelos currículos, ganhou ressonância nos estudos de Althusser, Bowles e Gintis e Henry Giroux, onde a emancipação do pensamento dominante caracterizou essa corrente teórica (MALTA, 2013).

A teoria mais recente sobre o currículo, denominada pós-crítica, reflete a inclusão das chamadas minorias, onde a multiculturalidade deve ser debatida. Essa vertente é entendida na opinião de Malta (2013, p. 351) como um segundo movimento contestador, no qual:

Podemos começar a falar sobre as teorias pós-críticas analisando o currículo multiculturalista que destaca a diversidade das formas culturais do mundo contemporâneo. O multiculturalismo, mesmo sendo considerado estudo da antropologia, mostra que nenhuma cultura pode ser julgada superior a outra. Em relação ao currículo, o multiculturalismo aparece como movimento contra o currículo universitário tradicional que privilegiava a cultura branca, masculina, europeia e heterossexual, ou seja, a cultura do grupo social dominante. A partir dessa análise, houve a proposição de que o currículo também incluísse aspectos de formas mais representativas das diversas culturas dominadas. Assim surgiram duas perspectivas: a liberal ou humanista e a mais crítica.

A representatividade está em abranger na composição dos currículos, obras que mostrem diferentes pontos de vista sobre um determinado assunto, como contextos históricos, questões de gênero, aspectos comportamentais, artísticos e vários outros nas diversas áreas do saber.

Esse aprofundamento da crítica do currículo pretende incutir um pensamento transformador da realidade, obrigando os responsáveis na elaboração curricular, ao questionamento do conteúdo proposto.

### **5.1 Currículo mínimo e currículo pleno**

Existem duas denominações quanto ao conteúdo curricular: currículo mínimo e currículo pleno. Iniciando pelo currículo pleno, ele é conceituado como um:

Currículo adotado pelo estabelecimento de ensino. Contém as matérias do núcleo comum e da parte diversificada, que devem ser expressas em atividades, áreas de estudo e/ou disciplinas, relacionadas e sequenciadas segundo os planos próprios do estabelecimento de ensino e as necessidades integradas vertical e horizontalmente. (DUARTE, 1986, p. 46).

Sua abrangência diz respeito a totalidade do conteúdo a ser cursado na instituição de ensino, incluindo as atividades extracurriculares indicadas.

O currículo mínimo, ao contrário do currículo pleno, é o campo de estudo mais pesquisado na área educacional, por ser o básico, o fundamental, a essência do que se pretende repassar em termos pedagógicos aos alunos.

Segundo Duarte (1886) o currículo mínimo é um conjunto de matérias proposto pelo Conselho Federal de Educação (CFE), onde cada curso deve ter minimamente na sua grade de ensino, sendo este parte do currículo pleno da instituição.

A elaboração de um currículo mínimo por parte dos cursos de nível superior objetiva entrar em consonância com as políticas educacionais da instituição, assumindo ao mesmo tempo os compromissos pelo qual determinado curso é regido, ou seja, sua filosofia, seus ideais intrínsecos. O caráter documental é expresso por Beckmann (2007), como uma orientação do que deve conter de mais básico no ensino. Ele conceitua:

O currículo mínimo pode então ser definido como um conjunto de matérias ou disciplinas nucleares indispensáveis para a formação do discente. A

linha que circunscreve este conjunto não é, todavia, impenetrável. Acréscimos podem ser feitos para satisfazer a vocação da Universidade ou proporcionar a realização de projetos específicos. O currículo mínimo indica o que é básico, fundamental e indispensável. Sendo incoativo, não impede a inclusão de outros conhecimentos. (BECKMANN, 2007, p. 78)

A flexibilidade é uma marca presente, onde pequenas modificações que se fazem pertinentes, normalmente são incluídas ao longo do tempo, afim de se adequar a sua instituição vinculada.

Na visão de Veiga (2000, p. 13), um currículo não é meramente uma listagem, mas: “[...] a interação entre sujeitos que têm um mesmo objetivo e a opção por um referencial teórico que o sustente”. Trata-se de um compromisso com o ensino e a aprendizagem, no caso da instituição que oferece o curso com quem está disposto a aprender, o discente.

No caso do curso de Biblioteconomia no Brasil, é fundamental considerar a sua formação histórica, oriunda primeiramente de origem europeia (francesa) nos anos de 1915 a 1928, depois a mudança para o tecnicismo norte-americano de 1929 à 1969, em seguida nos anos 1970, caracterizada pelo sentimento nacionalista e crescimento das escolas, para enfim a estabilização na criação de novos cursos e reflexão sobre o ensino, todas essas divididas em quatro fases, na obra de Población (1992). Essas influências foram fundamentais na implantação do currículo mínimo das escolas de Biblioteconomia no país.

O crescimento quantitativo dos cursos culminou com a padronização do conteúdo a ser ministrado, afim de que o profissional bibliotecário tivesse a mesma formação, evitando quaisquer discrepâncias. Isso foi efetivado através de portaria do Governo Federal, onde:

Até 1962, vamos encontrar que cada curso/escola determinava seu programa curricular. Com a implantação obrigatória do Currículo Mínimo do Curso de Biblioteconomia, homologado por Portaria do Ministro da Educação de 4 de dezembro de 1962, cuja implantação deveria obrigatoriamente se iniciar a partir de 1963, a duração do curso passou a ser de três anos e as disciplinas eram basicamente aquelas do currículo norte-americano acolhido pelo Departamento de Cultura da Prefeitura de São Paulo, de 1936. (MORAES, 2015, p. 19).

Foram definidas disciplinas técnicas e humanísticas na qual neste trabalho interessa as que sejam relacionadas a fontes de informação. Foi proposto com a denominação **Bibliografia e Referência**. Já em 1977, surge uma proposta de

revisão apresentada à Associação Brasileira das Escolas de Biblioteconomia e Documentação (ABEBD), onde aumenta a duração dos cursos para quatro anos e acrescenta novas disciplinas, onde aparece a nomenclatura **Fontes de Informação** pela primeira vez no currículo mínimo (SOUZA, 2009).

Pouco tempo depois, no ano de 1982, haveria nova reformulação do currículo mínimo, com várias modificações e mudanças de nomes, como aconteceu com fontes, que passou a denominar-se **Controle Bibliográfico**, além de uma parte de seu conteúdo ter formado a disciplina **Produção dos registros do conhecimento** (MORAES, 2015).

Os anos 1990 trouxeram o fim do Currículo Mínimo nacional, conforme Moraes (2015, p. 23) relata que:

A partir da década de 1990, não se tem mais currículo mínimo aprovado para essa área, mas se passa a ter as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) e, cada escola tem a liberdade de elaborar seu currículo, conforme as especificidades de cada região. A criação das DCN iniciou-se como um esforço de atender às Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) para os mais diferentes níveis de ensino.

Portanto, a partir deste período, os cursos definiriam seus conteúdos programáticos, tendo como um norteador atender a LDB, o que ocasionou disciplinas variadas, mas que apresentavam semelhanças em muitos pontos. Fontes de informação foi afetada, com nomenclaturas diferentes nas várias faculdades de Biblioteconomia pelo país, compartilhando entre si os princípios básicos da disciplina.

Essa flexibilização no conteúdo dos cursos de Biblioteconomia é destacada por Barbosa Neto, Carvalho e Cunha (2017, p. 9):

Ainda sobre a flexibilização proposta pelas Diretrizes Curriculares Nacionais, tem-se a determinação de um conjunto de habilidades e competências que deverão ser fomentadas pelos cursos. Contudo, elas apresentam um caráter amplo e geral, de modo que os cursos dentro de seus próprios contextos podem adaptá-las em conteúdos específicos ministráveis.

Tal medida permitiu a regionalização temática das disciplinas, mantendo um conteúdo básico nacional. Na Amazônia, especificamente na UFPA, o curso de Biblioteconomia oferece conteúdo regional em Fontes de Informação, com

informações e modos de acesso as bases de dados que tratam da região. A história curricular do curso, importante nesta pesquisa, é esmiuçado a seguir.

### 5.1.1 Os períodos curriculares do curso de biblioteconomia da UFPA

A criação do curso de Biblioteconomia da UFPA foi motivada pela necessidade da Biblioteca Central da UFPA (inaugurada em 19 de dezembro de 1962) em ter profissionais qualificados para desempenhar as funções na instituição. Com a Lei 4.084, de 30.06.1962 que regulamentava a profissão de bibliotecário, fazia-se necessário formar esse tipo de profissional em curso regular na Universidade, do que enviar diplomados em outras áreas para se especializarem no Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação (IBBD), fato que ocorreu antes da criação do curso (BECKMANN, 2007).

O curso de Biblioteconomia teve sua oficialização através da Resolução n. 1-A de 28 de janeiro de 1963, emanada do Conselho de Curadores, na época responsável por aspectos financeiros e prestação de contas, posteriormente publicada no Diário Oficial do Estado, em 23 de março de 1963 e não no Diário Oficial da União, conforme está registrada na obra de Beckmann (2007).

O primeiro currículo mínimo do curso seguiu fielmente o que estava escrito no Parecer 326/62 do Conselho Federal de Educação (CFE), que listou o conteúdo que deveria fazer parte do ensino de Biblioteconomia nas escolas do Brasil. Estava previsto a duração de três anos e contavam com as seguintes disciplinas, dispostas no quadro abaixo.

**Quadro 2** – Disciplinas curriculares do curso de Biblioteconomia da UFPA em 1963.

<b>SÉRIE</b>	<b>DISCIPLINAS</b>
<b>1º Série</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• História da Literatura;</li> <li>• Classificação;</li> <li>• Catalogação;</li> <li>• Bibliografia e Referência;</li> <li>• Organização e Administração de Bibliotecas;</li> <li>• Inglês.</li> </ul>

<b>2º Série</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• História da Arte;</li> <li>• História do Livro e das Bibliotecas;</li> <li>• Evolução do Pensamento Filosófico e Científico;</li> <li>• Classificação;</li> <li>• Catalogação;</li> <li>• Bibliografia e Referência;</li> <li>• Organização e Administração de Bibliotecas.</li> </ul>
<b>3º Série</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Introdução aos Estudos Históricos e Sociais;</li> <li>• Classificação e Catalogação de Materiais Especiais;</li> <li>• Documentação;</li> <li>• Paleografia;</li> <li>• Estágio Prático.</li> </ul>

**Fonte:** Sobrinho; Beckmann. 1996, p. 11. Adaptado pelo autor.

A primeira denominação de Fontes de Informação foi Bibliografia e Referência, que aparece na 1º e 2º séries do curso.

Com a Reforma Universitária, iniciada em 1967 e implantada efetivamente na UFPA em 1971, houve a primeira alteração no currículo mínimo de Biblioteconomia, através da Resolução n. 40, de 27 de outubro de 1971, com retiradas de disciplinas para outros departamentos, mudanças no conteúdo e nomenclatura da disciplina **Evolução do pensamento filosófico e científico** (passando a ser **História da Filosofia**) e acrescentando disciplinas optativas no chamado 2º ciclo (SOBRINHO; BECKMANN, 1996). Antes da elaboração de um novo currículo mínimo em 1982, houve novas modificações, mas sem qualquer impacto, como atesta Sobrinho e Beckmann (1996, p. 7): “As definições posteriores, Resoluções 331/76, 456/77 e 728/81 não apresentam, verdadeiramente, razões de ordem pedagógica que as justifiquem. Contém alterações sem maior significado [...]”.

A Resolução n. 8, de 29 de outubro de 1982, do CFE, trouxe mudanças substanciais no ensino de Biblioteconomia. As disciplinas que o acompanhavam aparecem logo a seguir.

**Quadro 3** – Disciplinas curriculares do curso de Biblioteconomia da UFPA em 1982.

MATÉRIAS	DISCIPLINAS
<b>Fundamentação Geral</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Comunicação;</li> <li>• Aspectos sociais, políticos e econômicos do Brasil contemporâneo;</li> <li>• História da Cultura.</li> </ul>
<b>Instrumentais</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Lógica;</li> <li>• Língua Portuguesa e Literaturas da Língua Portuguesa;</li> <li>• Língua estrangeira moderna;</li> <li>• Métodos e técnicas de pesquisa.</li> </ul>
<b>Formação Profissional</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Informação aplicada à Biblioteconomia;</li> <li>• Produção dos registros do conhecimento;</li> <li>• Formação e Desenvolvimento de coleções;</li> <li>• Controle bibliográfico dos registros do conhecimento;</li> <li>• Disseminação da informação;</li> <li>• Administração de Biblioteca.</li> </ul>
<b>Disciplinas Obrigatórias</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Estudo de Problemas Brasileiro;</li> <li>• Educação Física;</li> <li>• Estágio Supervisionado.</li> </ul>

**Fonte:** Sobrinho; Beckmann, 1996, p. 12. Adaptado pelo autor.

Aqui percebe-se que o conteúdo da atual Fontes de Informação está distribuída em três disciplinas: **Métodos e técnicas de pesquisa, Produção dos Registros do Conhecimento e Controle Bibliográfico dos registros do conhecimento.**

Já em 1993, com a extinção do currículo mínimo nacional e sua substituição pelas Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN), tem-se liberdade para elaboração de um currículo pleno mais voltado as especificidades das regiões onde os cursos são oferecidos. Na UFPA, deu-se com a Resolução n. 2.077 de 19 de março de 1993, elaborado pelo Conselho Superior de Ensino e Pesquisa (CONSEP), adaptando ao novo regime seriado, dispendo das seguintes disciplinas no quadro a seguir.

**Quadro 4** – Disciplinas curriculares do curso de Biblioteconomia da UFPA em 1993.

<b>DISCIPLINAS OBRIGATÓRIAS DO CURRÍCULO MÍNIMO</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Administração de bibliotecas I, II e III;</li> <li>• Automação de bibliotecas;</li> <li>• Desenvolvimento de coleções;</li> <li>• Disseminação da informação;</li> <li>• Documentação;</li> <li>• Estatística;</li> <li>• Editoração;</li> <li>• Fontes de informação I e II;</li> <li>• Fundamentos de indexação;</li> <li>• Introdução à Biblioteconomia e Ciência da Informação;</li> <li>• História do Brasil contemporâneo;</li> <li>• História da Arte;</li> <li>• História da Literatura;</li> <li>• História do livro e das bibliotecas;</li> <li>• Inglês instrumental I e II;</li> <li>• Introdução à Administração;</li> <li>• Introdução à ciência dos computadores;</li> <li>• Introdução à Filosofia;</li> <li>• Introdução à Sociologia;</li> <li>• Literaturas de língua portuguesa;</li> <li>• Lógica;</li> <li>• Metodologia do trabalho científico;</li> <li>• Multimeios;</li> <li>• Normalização bibliográfica;</li> <li>• Pesquisa em biblioteconomia;</li> <li>• Português instrumental;</li> <li>• Representação descritiva de documentos I e II;</li> <li>• Representação temática de documentos I e II;</li> <li>• Serviço de referência;</li> </ul>

<ul style="list-style-type: none"> <li>• Teoria da Comunicação I e II.</li> </ul>
<b>DISCIPLINAS OBRIGATÓRIAS DA INSTITUIÇÃO</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Introdução aos estudos históricos;</li> <li>• Introdução à Economia;</li> <li>• Educação Física;</li> <li>• Estágio em biblioteconomia I, II e III;</li> <li>• Trabalho de Conclusão de Curso.</li> </ul>
<b>DISCIPLINAS OPTATIVAS</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Estudos amazônicos;</li> <li>• Introdução à Arquivologia;</li> <li>• Preservação e restauração de documentos;</li> <li>• Bibliotecas públicas e especiais;</li> <li>• Informática e sociedade;</li> <li>• Documentação Jurídica;</li> <li>• Leitura e formação de leitores.</li> </ul>

**Fonte:** Sobrinho; Beckmann, 1996, p. 14-16. Adaptado pelo autor.

Nota-se a grande quantidade de disciplinas obrigatórias e o surgimento da nomenclatura Fontes de Informação, sendo ministrada em duas partes. Temos também como novidades, a introdução de disciplinas optativas, dentre elas destaca-se **Documentação Jurídica**, onde em seu conteúdo, é abordado fontes na área jurídica (uma fonte especializada), além de uma disciplina regionalizada (**Estudos Amazônicos**). Com a criação de bases de dados eletrônicas, criou-se duas disciplinas na área de informática: **Automação de Bibliotecas** (obrigatória) e **Informática e Sociedade** (optativa).

### 5.1.2 A disciplina Fontes de Informação na atualidade

No ano de 2009, foi oficializado o Projeto Pedagógico do Curso de Biblioteconomia da UFPA, para atender ao novo Regulamento do Ensino de Graduação da Universidade (Resolução n. 3.633, de 18 de fevereiro de 2008). Além desse componente, era preciso se adequar à LDB, já que:

Na atualidade, os cursos de Biblioteconomia se orientam pela Lei nº. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Tal lei estabelece as diretrizes e bases da educação nacional e é complementada pelos pareceres expedidos pelo Conselho Nacional de Educação/Câmara de Ensino Superior (CNE/CES) nº. 492/2001, nº. 1363/2001, nº. 19/2002 e a Resolução CNE/ CES nº. 1/2001. Com base nesses textos legais, as diretrizes curriculares vigentes dispõem sobre o perfil dos formandos, competências e habilidades, conteúdos curriculares, estágios e atividades complementares, estrutura do curso e avaliação institucional. (OLIVEIRA; OLIVEIRA, 2013, p. 46).

Através da Resolução n. 3.908, de 22 de outubro de 2009, aprovada pelo CONSEP, ficou estabelecido o atual conteúdo programático das disciplinas. A grade curricular ficou definida com as seguintes disciplinas abaixo.

**Quadro 5** – Eixo temático e disciplinas curriculares do curso de Biblioteconomia da UFPA em 2009.

<b>EIXO TEMÁTICO</b>	<b>DISCIPLINAS</b>
<b>Fundamentos teóricos da Biblioteconomia</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• História do livro e das bibliotecas;</li> <li>• Teoria da comunicação e informação;</li> <li>• Leitura e competência informacional;</li> <li>• Pesquisa em Biblioteconomia.</li> </ul>
<b>Organização da informação</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Linguagens de Indexação;</li> <li>• Representação descritiva da informação I, II e III;</li> <li>• Representação temática da informação I e II;</li> <li>• Prática em representação da informação I e II.</li> </ul>
<b>Recursos e serviços de informação</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Elaboração do trabalho acadêmico;</li> <li>• Fontes de informação I e II;</li> <li>• Mediação e uso da informação;</li> <li>• Disseminação da informação;</li> <li>• Normalização de documentos</li> <li>• Prática em recuperação da informação;</li> <li>• Prática em mediação da informação.</li> </ul>
<b>Gestão de unidades e Serviços de informação</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Teoria geral da Administração</li> <li>• Tecnologias da informação e comunicação;</li> <li>• Gestão de unidades de informação I e II;</li> <li>• Editoração;</li> <li>• Planejamento de unidades de informação;</li> <li>• Prática em gestão de unidades de informação;</li> </ul>

	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Desenvolvimento de coleções.</li> </ul>
<b>Cultura e formação geral</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Inglês para bibliotecários;</li> <li>• Fundamentos da Filosofia e da Lógica;</li> <li>• Panorama histórico das literaturas;</li> <li>• História da Arte;</li> <li>• Estatística aplicada à Biblioteconomia;</li> <li>• Ética e informação;</li> <li>• Planejamento de bases de dados.</li> </ul>
<b>Disciplinas optativas da faculdade</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Fontes de Informação Tecnológica</li> <li>• Documentação Jurídica;</li> <li>• Informação Ambiental;</li> <li>• Bibliotecas Públicas e Especiais;</li> <li>• Introdução à Arquivologia;</li> <li>• Preservação e Restauração de Documentos.</li> </ul>

**Fonte:** FABIB, 2017. Adaptado pelo autor.

Nota-se que Fontes de Informação permaneceu com a mesma nomenclatura em duas partes, foram abandonados o estágio obrigatório em favor de disciplinas práticas, além da inclusão de atividades complementares e eliminações em algumas disciplinas consideradas inadequadas da grade curricular de 1993, como era o caso de **Introdução à Economia**.

O ingresso na disciplina Fontes de Informação I tem como pré-requisito a conclusão da disciplina **Linguagens de Indexação** pelo discente, pois tem conteúdo que precisa ser visto antes de ingressar em Fontes de Informação, como por exemplo, o conceito de descritores para a recuperação da informação numa base de dados impressa ou eletrônica. Após a conclusão de Fontes de Informação I, o aluno está habilitado para cursar Fontes de Informação II, disciplinas da grade obrigatória do curso.

É importante citar que, a disciplina trata de forma generalista as fontes de informação, tendo uma particularidade voltada ao regionalismo amazônico, com o ensino de fontes sobre a Amazônia. As fontes especializadas são abordadas em disciplinas optativas com as denominações **Fontes de Informação Tecnológica**, **Documentação Jurídica** e **Informação Ambiental**, cabendo aqui nesta pesquisa apenas citá-las, sem qualquer pretensão de detalhá-las, pois pretende-se focar nas



**Fonte:** <https://br.pinterest.com/explore/mapa-brasil-regi%C3%B5es/>.

Adaptado pelo autor, 2017.

Pela Figura 1 constata-se a seguinte disposição dos cursos de Biblioteconomia: três cursos estão na região norte (Pará, Amazonas e Rondônia); outros três cursos estão na região centro-oeste (Mato Grosso, Distrito Federal e Goiás); sete cursos encontram-se na região nordeste (Maranhão, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas e Bahia); a região sudeste tem todos os estados cobertos, com seis cursos (Minas Gerais, São Paulo, Rio de Janeiro e Espírito Santo), sendo três localizados no RJ; na região sul há três cursos (Santa Catarina e Rio Grande do Sul), com dois deles no RS.

**Quadro 6** – Lista das IES federais que possuem o curso de Biblioteconomia e tem a disciplina Fontes de Informação ou equivalente.

IES	CURSO (NOMENCLATURA)	DISCIPLINA(S) OBRIGATÓRIA(S)
Universidade Federal do Amazonas – (UFAM) Site: <a href="https://ecampus.ufam.edu.br/ecampus/gradesCurriculares/report">https://ecampus.ufam.edu.br/ecampus/gradesCurriculares/report</a>	Biblioteconomia	Fontes de Informação
Universidade Federal de Alagoas – (UFAL) Site: <a href="http://www.ufal.edu.br/estudante/graduacao/projetos-pedagogicos/campus-maceio/ppc-biblioteconomia.pdf/view">www.ufal.edu.br/estudante/graduacao/projetos-pedagogicos/campus-maceio/ppc-biblioteconomia.pdf/view</a>	Biblioteconomia	Fontes e Disseminação de Informação I e II
Universidade Federal da Bahia – (UFBA) Site: <a href="https://blog.ufba.br/ici/files/2011/08/Biblioteconomia_matriz.pdf">https://blog.ufba.br/ici/files/2011/08/Biblioteconomia_matriz.pdf</a>	Biblioteconomia e Documentação	Fontes de Informação
Universidade Federal do Ceará – (UFC) Site: <a href="https://si3.ufc.br/sigaa/public/curso/resumo_curriculo.jsf">https://si3.ufc.br/sigaa/public/curso/resumo_curriculo.jsf</a>	Biblioteconomia	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Fontes Gerais de Informação;</li> <li>• Fontes Especializadas de Informação.</li> </ul>
Fundação Universidade Federal do Maranhão – (UFMA) Site: <a href="https://sigaa.ufma.br/sigaa/link/public/curso/currículo/86077">https://sigaa.ufma.br/sigaa/link/public/curso/currículo/86077</a>	Biblioteconomia	Fontes de Informação

Universidade Federal da Paraíba – (UFPB) Site: <a href="https://sigaa.ufpb.br/sigaa/public/curso/curriculo.jsf">https://sigaa.ufpb.br/sigaa/public/curso/curriculo.jsf</a>	Biblioteconomia	<ul style="list-style-type: none"> <li>Fontes Gerais de Informação;</li> <li>Fontes Especializadas de Informação.</li> </ul>
Universidade Federal de Pernambuco – (UFPE) Site: <a href="https://www.ufpe.br/biblioteconomia-bacharelado-cac">https://www.ufpe.br/biblioteconomia-bacharelado-cac</a>	Biblioteconomia	Fontes de Informação
Universidade Federal do Rio Grande do Norte – (UFRN) Site: <a href="https://sigaa.ufrn.br/sigaa/public/curso/ppp.jsf?lc=pt_BR&amp;id=2000006">https://sigaa.ufrn.br/sigaa/public/curso/ppp.jsf?lc=pt_BR&amp;id=2000006</a>	Biblioteconomia	Fontes de Informação I e II
Fundação Universidade de Brasília – (UnB) Site: <a href="http://www.biblioteconomia.fci.unb.br/index.php/curso.html">www.biblioteconomia.fci.unb.br/index.php/curso.html</a>	Biblioteconomia	<ul style="list-style-type: none"> <li>Controle Bibliográfico;</li> <li>Bibliografia.</li> </ul>
Universidade Federal de Goiás – (UFG) Site: <a href="https://biblioteca.fic.ufg.br/p/838-apresentacao">https://biblioteca.fic.ufg.br/p/838-apresentacao</a>	Biblioteconomia	Listagem com todas as disciplinas não fornecidas no site do curso.
Fundação Universidade Federal do Mato Grosso – (UFMT) Site: <a href="http://www.ufmt.br/ufmt/site/secao/index/Rondonopolis/2861/1509">http://www.ufmt.br/ufmt/site/secao/index/Rondonopolis/2861/1509</a>	Biblioteconomia	Recursos Informacionais.
Universidade Federal do Espírito Santo – (UFES) Site: <a href="http://www.biblioteconomia.ufes.br/20171">www.biblioteconomia.ufes.br/20171</a>	Biblioteconomia	Fontes de Informação
Universidade Federal Fluminense – (UFF) Site: <a href="https://inscricao.id.uff.br/consultaMatrizCurricular.uff">https://inscricao.id.uff.br/consultaMatrizCurricular.uff</a>	Biblioteconomia e Documentação	Fontes de Informação Gerais e Especializadas
Universidade Federal de Minas Gerais – (UFMG) Site: <a href="https://colgradbiblio.eci.ufmg.br/o-curso/projeto-pedagogico-1/view">https://colgradbiblio.eci.ufmg.br/o-curso/projeto-pedagogico-1/view</a>	Biblioteconomia e Gestão da Informação	<ul style="list-style-type: none"> <li>Introdução as Fontes de Informação;</li> <li>Fontes de Informação para Pesquisadores e Profissionais.</li> </ul>
Fundação Universidade Federal de São Carlos – (UFSCAR) Site: <a href="http://www.bci.ufscar.br/o-curso/projeto-pedagogico">www.bci.ufscar.br/o-curso/projeto-pedagogico</a>	Biblioteconomia e Ciência da Informação	<ul style="list-style-type: none"> <li>Serviço de Referência e Fontes de Informação;</li> <li>Fontes de Informação em Ciência e Tecnologia.</li> </ul>
Universidade Federal do Rio de Janeiro – (UFRJ) Site: <a href="https://siga.ufrj.br/sira/repositorio-curriculo/ListaCursos.html">https://siga.ufrj.br/sira/repositorio-curriculo/ListaCursos.html</a>	Biblioteconomia e Gestão de Unidades de Informação	Recursos Informacionais I e II
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – (UNIRIO) Site:	Biblioteconomia	<ul style="list-style-type: none"> <li>Fontes de Informação</li> </ul>

<a href="http://www.unirio.br/unirio/cchs/eb/">www.unirio.br/unirio/cchs/eb/</a>	(Bacharelado)	Gerais; • Fontes de Informação Especializadas.
	Biblioteconomia (Licenciatura)	Fontes de Informação
Fundação Universidade Federal do Rio Grande – (UFRG) Site: <a href="http://www.biblioteconomia.furg.br/images/importadoswordpress/ppp.pdf">www.biblioteconomia.furg.br/images/importadoswordpress/ppp.pdf</a>	Biblioteconomia	Fontes de Informação I e II
Universidade Federal do Rio Grande do Sul – (UFRGS) Site: <a href="http://www.ufrgs.br/ufrgs/ensino/graduacao/cursos/exibeCurso?cod_curso=304">www.ufrgs.br/ufrgs/ensino/graduacao/cursos/exibeCurso?cod_curso=304</a>	Biblioteconomia	Fontes Gerais de Informação
Fundação Universidade Federal de Rondônia – (UNIR) Site: <a href="http://www.biblioteconomia.unir.br/portal/?page_id=80">www.biblioteconomia.unir.br/portal/?page_id=80</a>	Biblioteconomia	Fontes de Informação I e II
Universidade Federal de Santa Catarina – (UFSC) Site: <a href="https://biblioteca.ufsc.br/files/2014/10/BBD_PPC_2016.pdf">https://biblioteca.ufsc.br/files/2014/10/BBD_PPC_2016.pdf</a>	Biblioteconomia	• Fontes Gerais de Informação • Fontes Especializadas de Informação

**Fonte:** Site das universidades. Adaptado pelo autor, 2017.

O quadro mostra que a denominação Fontes de Informação está presente na maioria dos cursos de Biblioteconomia e que duas utilizam outras nomenclaturas para a disciplina; outras disponibilizam Fontes de forma geral e especializada e em uma não foi possível obter informações das disciplinas ministradas (UFG).

**Quadro 7** – Lista das IES federais que possuem o curso de Biblioteconomia e disponibilizam a ementa da disciplina.

IES	DISCIPLINAS(S) OBRIGATÓRIAS(S)	EMENTA (CONTEÚDO)
Universidade Federal do Amazonas – (UFAM)	Fontes de Informação	Site do curso de Biblioteconomia não apresenta a ementa para consulta.
Universidade Federal de Alagoas – (UFAL)	Fontes e Disseminação de Informação I e II	Evolução e tendências do serviço de referência. Fontes de informação gerais e especializadas, impressas e eletrônicas. Fontes utilizadas para seleção da informação.

		<p>O contexto da produção e acesso às fontes de informação geral no Brasil. Características, uso e critérios de avaliação dos diversos tipos de fontes de informação, gerais e especializadas. Técnicas de disseminação da informação. Serviços e produtos de disseminação da informação. Avaliação de serviços e produtos de informação.</p>
<p>Universidade Federal da Bahia – (UFBA)</p>	<p>Fontes de Informação</p>	<p>Fontes de informação: conceituação, características, classificação e uso. Critérios para identificação e avaliação das fontes de informação. Bibliografias: conceituação, características e tipos. Panorama bibliográfico nacional e internacional. A pesquisa bibliográfica.</p>
<p>Universidade Federal do Ceará – (UFC)</p>	<p>Fontes Gerais de Informação</p>	<p>O quadro geral das fontes de informação dentro da sua riqueza de possibilidades no que concerne à obtenção de conhecimento através dessas ferramentas, conceitos, características e relevância no processo de transferência da informação. Destacam-se os canais de informação científica e tecnológica, como propulsores dos avanços e recuos do progresso em termos de humanização do homem, bem como as possibilidades e limites do acesso à informação na Sociedade do Conhecimento.</p>
	<p>Fontes Especializadas de Informação</p>	<p>A informação e o desenvolvimento científico, tecnológico e industrial como elementos-base para a conceituação, objetivo, caracterização, arranjo e uso das fontes especializadas de informação. Apresentam-se as instituições produtoras de informação especializada afeta às diversas áreas do conhecimento. Orienta-se na elaboração de guias de informação, como produto facilitador de atendimento às demandas de informação especializada.</p>
<p>Fundação Universidade Federal do Maranhão – (UFMA)</p>	<p>Fontes de Informação</p>	<p>Sistema de comunicação e a literatura científica. Fontes de informação: conceitos, tipos, importância e sua relação com o serviço de referência. Fontes quanto ao arranjo, abrangência, aspecto geográfico. Critérios para análise de</p>

		fontes de fontes de informação. Metodologias para geração de fontes de informação.
Universidade Federal da Paraíba – (UFPB)	Fontes Gerais de Informação	História das fontes gerais de informação. Comunicação e literatura científica. Geração, fluxo e uso da informação. Técnicas de levantamento bibliográfico. Bibliografia Brasileira. Controle de fontes de Informação. Organizações internacionais e nacionais de documentação.
	Fontes Especializadas de Informação	Panorama da Ciência, Tecnologia e Inovação. Geração, fluxo e uso da informação científica e tecnológica. Terminologia científica. Fontes de Informação em CT&I e suas contribuições para a pesquisa e difusão do conhecimento.
Universidade Federal de Pernambuco – (UFPE)	Fontes de Informação	Identificação, análise e uso das fontes gerais e especializadas de informação.
Universidade Federal do Rio Grande do Norte – (UFRN)	Fontes de Informação I	Evolução, conceitos, tipologias e características das fontes de informação. Avaliação das necessidades de fontes de informação. Políticas de acesso e de uso da informação. Recursos estratégicos, técnicos e operacionais das fontes de informação. Identificação do fluxo da informação, e análise dos instrumentos de busca e acesso.
	Fontes de Informação II	Estuda as bases das Ciências Exatas e Tecnológicas enfocando: Organização do conhecimento; Problemas de produção da informação; Acesso, avaliação e uso de fontes de informação; Principais características dos usuários da informação.
Fundação Universidade de Brasília – (UnB)	Controle Bibliográfico	Site do curso de Biblioteconomia não apresenta a ementa para consulta.
	Bibliografia	
Universidade Federal de Goiás – (UFG)	Listagem com todas as disciplinas não fornecidas no site do curso.	Site do curso de Biblioteconomia não apresenta a ementa para consulta.
Fundação Universidade Federal de Mato Grosso – (UFMT)	Recursos Informacionais	Estudo da natureza e estrutura da bibliografia: seu desenvolvimento histórico e o papel do bibliotecário como bibliógrafo. Classificação e avaliação de bibliografia.

		Normas da ABNT para documentação. Estudo das principais fontes bibliográficas. Elaboração e levantamentos bibliográficos. Bases de dados nacionais e estrangeiras.
Universidade Federal do Espírito Santo – (UFES)	Fontes de Informação	Conceituação e análise de fontes bibliográficas gerais e especializadas. Bibliografia brasileira. Controle bibliográfico universal.
Universidade Federal Fluminense – (UFF)	Fontes de Informação Gerais e Especializadas	Estudo de fontes gerais e especializadas impressas e eletrônicas, o papel das instituições na sua organização, tipologia, finalidades, classificação e localização, nível de validação.
Universidade Federal de Minas Gerais – (UFMG)	Introdução as Fontes de Informação	Ementa detalhada nos quadros 7 e 8.
	Fontes de Informação para Pesquisadores e Profissionais	
Fundação Universidade Federal de São Carlos – (UFSCAR)	Serviço de Referência e Fontes de Informação	Diagnóstico, caracterização e conhecimento dos Serviços de Referência e as Fontes de informação em biblioteconomia e ciência da informação, das redes de informação, comunicação, colaboração e interatividade voltadas ao SRI, estratégias de otimização do uso dos produtos e serviços promovidos pela unidade de informação, administração e supervisão dos recursos humanos do SRI. Estratégias de disseminação seletiva da informação.
	Fontes de Informação em Ciência e Tecnologia	Características das Fontes de Informação em C&T; Utilização das Fontes de Informação em C&T; função estratégica das Fontes de Informação em C&T; definições e aplicações das tecnologias da informação.
Universidade Federal do Rio de Janeiro – (UFRJ)	Recursos Informacionais I	Conceituação de fontes de informação. A coleção de referência como instrumento de informação nas bibliotecas: técnicas de utilização. Fontes primárias, secundárias e terciárias. Fontes gerais e especializadas; manuais e eletrônicas. Análise das características das fontes informacionais.

	Recursos Informativos II	Bibliografia: histórico, conceito, objetivos e tipos. Índices e resumos. Guias, catálogos, diretórios. Publicações seriadas. Fontes de informação especializada; exemplificação em áreas do conhecimento.
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – (UNIRIO)	Fontes de Informação Gerais (Bacharelado)	Estudo das principais fontes gerais de informação e capacidade de empregá-las no contexto profissional e de pesquisa considerando o histórico, características, funções, uso e aplicação. Estudo das fontes gerais de informação considerando suas relações com o controle bibliográfico. Elaboração de repertório bibliográfico geral.
	Fontes de Informação Especializadas (Bacharelado)	Estudo e avaliação das principais fontes especializadas de informação e capacidade de empregá-las corretamente em contextos profissionais e de pesquisa considerando: histórico, características, funções, uso e aplicação. Análise das principais bases de dados nacionais e internacionais.
	Fontes de Informação (Licenciatura)	Estudo e avaliação das principais fontes gerais e especializadas de informação e capacidade de empregá-las corretamente em contextos profissionais e de pesquisa considerando: histórico, características, funções, uso e aplicação. Estudo das fontes gerais e especializadas de informação considerando suas relações com o controle bibliográfico. Elaboração de repertório bibliográfico geral e especializado. Análise das principais bases de dados nacionais e internacionais.
Fundação Universidade Federal do Rio Grande – (UFRG)	Fontes de Informação I	Tipologia, características e funções das fontes gerais de informação. Fontes primárias, secundária.
	Fontes de Informação II	Características e uso de fontes de informações especializadas nas diferentes áreas do conhecimento.
Universidade Federal do Rio Grande do Sul – (UFRGS)	Fontes Gerais de Informação	Conceito, tipologia e função das fontes gerais de informação. Identificação, análise e uso de fontes gerais de informação.
Fundação Universidade Federal de Rondônia –	Fontes de Informação I	Fontes de informação conceitos, histórico, objetivos e funções. Controle Bibliográfico Universal e no Brasil. Classificação das fontes de informação. Tipologia e

(UNIR)		natureza das fontes de informação impressa, eletrônica e multimeios.
	Fontes de Informação II	Natureza dos suportes informacionais nas áreas educacional, social, empresarial, tecnológica e científica, avaliação, busca e recuperação.
Universidade Federal de Santa Catarina – (UFSC)	Fontes Gerais de Informação	Ementa detalhada nos quadros 9 e 10.
	Fontes Especializadas de Informação	

**Fonte:** Site das Universidades. Adaptado pelo autor, 2017.

Entre as IES listadas, foram escolhidos dois cursos de Biblioteconomia para detalhar um pouco mais a ementa da disciplina: o curso de Biblioteconomia da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e o curso de Biblioteconomia e Gestão da Informação da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

Os cursos tem um conceito alto na avaliação do Ministério da Educação (MEC), onde dois indicadores, o CPC (Conceito Preliminar de Curso) e o CC (Conceito de Curso), servem para aferir a qualidade de um curso superior no país, conforme está no site e-MEC, do Ministério da Educação (2017):

CPC: é composto a partir dos resultados do Enade e por fatores que consideram a titulação dos professores, o percentual de docentes que cumprem regime parcial ou integral (não horistas), recursos didáticos-pedagógicos, infraestrutura e instalações físicas. O conceito, que vai de 1 a 5 (sendo 5 o valor máximo), é um indicador preliminar da situação dos cursos de graduação no país.

Conceito de Curso (CC): composto a partir da avaliação *in loco* do curso pelo MEC, pode confirmar ou modificar o CPC. A necessidade de avaliação *in loco* para a renovação do reconhecimento dos cursos é determinada pelo CPC: cursos que obtiveram CPC 1 e 2 serão automaticamente incluídos no cronograma de avaliação *in loco*. Cursos com conceito igual ou maior que 3 podem optar por não receber a visita dos avaliadores e, assim, transformar o CPC (Conceito Preliminar de Curso) em CC, que é um conceito permanente.

O curso de Biblioteconomia da UFMG tem CPC 4 e sem nota no CC, por não tendo sido feita avaliação *in loco* pelo MEC; o curso de Biblioteconomia da UFSC obteve CPC 4 e CC 5, consulta feita em 28.10.2017 no site e-MEC ([www.emec.gov.br](http://www.emec.gov.br)).

Além dos ótimos índices, o curso da UFMG é um dos mais antigos do país, tendo sido fundado em 1950, conforme a tabela de criação dos cursos de Biblioteconomia formulada por Castro (2000).

Primeiramente será descrito um breve histórico do curso de Biblioteconomia da UFMG e logo em seguida exposto o ementário das disciplinas de fontes.

O curso de Biblioteconomia foi oferecido pela Secretaria de Educação do Estado de Minas Gerais em 1950 e conseqüentemente incorporado a Universidade Federal de Minas Gerais em 1963. O Projeto Pedagógico em vigência é o de 2008, onde mostram os objetivos, bases teóricas, grade curricular e processos de adaptação ao atual projeto (ECI, 2017).

As disciplinas **Introdução as Fontes de Informação e Fontes de Informação para Pesquisadores e Profissionais** serão disponibilizadas abaixo, no seu texto original, mostrando a composição curricular delas.

**Quadro 8** – Ementa detalhada da disciplina Fontes de Informação para Pesquisadores e Profissionais, do curso de Biblioteconomia e Gestão da Informação da UFMG.

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS  
DEPARTAMENTO DE ORGANIZAÇÃO E TRATAMENTO DA INFORMAÇÃO  
DISCIPLINAS DOS CURSOS DE GRADUAÇÃO**

<b>DISCIPLINA</b> Fontes de Informação para Pesquisadores e Profissionais			<b>CÓDIGO</b> OTI-082 - turma TA 1	
<b>PROFESSOR</b> DALGIZA ANDRADE OLIVEIRA				
<b>DEPARTAMENTO</b> Organização e Tratamento da Informação			<b>UNIDADE</b> Ciência da Informação	
<b>CARGA HORÁRIA</b>	<b>TEÓRICA</b>	<b>PRÁTICA</b>	<b>TOTAL</b>	<b>CRÉDITOS</b>
	30	30	60	04
<b>ANO LETIVO</b> 1º Semestre de 2017			<b>PERÍODO</b> 4º	
<b>PRÉ-REQUISITOS</b>			<b>CÓDIGOS</b>	
<b>CURSOS PARA OS QUAIS É MINISTRADA</b> Biblioteconomia			<b>CLASSIFICAÇÃO</b> Obrigatória	

**EMENTA**

Necessidades e uso de informação pelos pesquisadores e profissionais. Organizações produtoras de fontes de informação especializadas. Produção e acesso às fontes de informação especializadas no contexto da ciência, tecnologia e empresas. Fontes de informação impressas e digitais para pesquisadores e profissionais: natureza, características, uso e critérios de avaliação.

**PROGRAMA**

1. Os diferentes tipos de informação especializada.
2. Instituições e fontes de informação especializada
3. O uso da informação especializada nas organizações e o profissional da informação: gestão da informação inteligência competitiva, gestão do conhecimento.

**OBJETIVOS**

A disciplina pretende proporcionar conhecimentos sobre a natureza e as características das fontes de informação e o uso da informação no contexto da pesquisa e da vida organizacional. O aluno deverá conhecer as principais instituições produtoras de fontes de informação especializada e as principais fontes de informação especializada. Deverá relacionar a informação especializada e o gerenciamento de diferentes tipos de organização: empresas, instituições de pesquisa, hospitais, órgãos públicos.

**BIBLIOGRAFIA BÁSICA PRELIMINAR**

AGUIAR, Afrânio Carvalho de. Informação e atividades de desenvolvimento científico, tecnológico e industrial, *Ciência da Informação*, v.20, n.1, p.7-15, 1991.

BARBOSA, R. R. Acesso e necessidades de informação de profissionais brasileiros: um estudo exploratório. *Perspectivas em Ciência da Informação*, Belo Horizonte, v.2, n.1, p.5-35, jan./jun. 1997.

BARRETO, A. de A. A transferência de informação, o desenvolvimento tecnológico e a produção de conhecimento. *INFORMARE – Cad. Prog. Pós-Grad. Ci. Inf.*, Rio de Janeiro, v.1, n.2, p.2-10, jul./dez., 1995.

CAMPELLO, B. S.; CENDÓN, B. V.; KREMER, J. M. (Org.) **Fontes de informação para pesquisadores e profissionais**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2000. 319p.

CASTRO, C. A. Profissional da informação: perfis e atitudes desejadas. *Inf. & Soc.: Est.*, João Pessoa, v.10, n.1, p.142-152, 2000.

CUNHA, M. B. da. **Para saber mais: fontes de informação em ciência e tecnologia**. Brasília: Briquet de Lemos/Livros, 2001. 168p.

HARTNESS, Ann. **Brasil: obras de referência 1965-1993**. Brasília. DF: Briquet de Lemos/Livros. 1999. 453p.

MENOU, M. J. Cultura, informação e educação de profissionais de informação nos países em desenvolvimento. *Ciência da Informação*, Brasília, v.25, n.3, p.298-304, set./dez. 1996.

MUELLER, S. P. M.; PASSOS, E. J. L. (Org.). **Comunicação científica**. Brasília: Departamento de Ciências da Informação e Documentação da UnB, 2000. 144p.

PEREIRA, J. B; SILVA, M. J. A. da; ALVES, M. B. A. D.; PINTO, G. de S.; TORRES, G. da G.; GARCIA PRIMO, G. M.; RAMOS, I. I.; JUNQUEIRA, L.; BARBOSA, R. R. Cenários para a gerência de recursos informacionais no Brasil. *Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG*, Belo Horizonte, v. 19, n.2, p. 307-323, set. 1990.

PINON, F. O estado da arte e tendência da formação do profissional de informação: enfoque Latino-Americano. *Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG*, Belo Horizonte, v.22, n.1, p.66-68, jan./jun. 1993.

**Fonte:** ECI, Escola de Ciência da Informação, 2017.

Na ementa está discriminado os dados gerais da disciplina como a carga horária, o eixo temático ao qual está inserido (denominado Departamento), o código e sua respectiva turma, o período que será disponibilizado, além dos pré-requisitos para cursar a disciplina (no caso nenhum).

Em seguida é descrito o conteúdo programático, dividido em **Ementa** e **Programa**, colocando de modo claro o que o discente irá ver sobre a temática de fontes especializadas.

Por fim, é explicitado os objetivos da disciplina e a bibliografia básica, com certo destaque para as publicações locais (da UFMG) nas referências.

**Quadro 9** – Ementa detalhada da disciplina Introdução as Fontes de Informação, do curso de Biblioteconomia e Gestão da Informação da UFMG.

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS**  
**DEPARTAMENTO DE ORGANIZAÇÃO E TRATAMENTO DA INFORMAÇÃO**  
**DISCIPLINAS DOS CURSOS DE GRADUAÇÃO**

<b>DISCIPLINA: Introdução às Fontes de Informação</b>			<b>CÓDIGO : OTI-080</b> Turma – TA1	
<b>PROFESSOR : Marina Cajaíba da Silva Horta</b>				
<b>DEPARTAMENTO</b> Departamento de Organização e Tratamento da Informação			<b>UNIDADE</b> Ciência da Informação	
<b>CARGA HORÁRIA</b>	<b>TEÓRICA</b>	<b>PRÁTICA</b>	<b>TOTAL</b>	<b>CRÉDITOS</b>
	30	30	60	04
<b>ANO LETIVO</b> 2º semestre de 2017			<b>PERÍODO</b> 3º	
<b>PRÉ-REQUISITOS</b>			<b>CÓDIGOS</b>	
<b>CURSOS PARA OS QUAIS É MINISTRADA</b> Biblioteconomia			<b>CLASSIFICAÇÃO</b> Obrigatória	

**EMENTA**

Necessidades e uso de informação pelo indivíduo. Organizações produtoras de fontes de informação em diferentes suportes. Produção e acesso às fontes de informação no contexto brasileiro. Tipologia das fontes de informação geral e especializada . Natureza, características, uso e critérios de avaliação de fontes de informação. Obras de referência em diferentes suportes.

**PROGRAMA**

- A necessidade e o uso da informação
- O processo de comunicação científica e a literatura científica
  - Características da literatura científica e informação científica
  - Periódicos, artigos científicos e arquivos abertos
    - Periódicos eletrônicos da área de Ciência da Informação e interdisciplinares
- Fontes de informação: conceito, finalidade, tipologia, características
- Fontes de informação integrantes de coleções e acervos das bibliotecas tradicionais e contemporâneas e o impacto dessas na atuação de profissionais bibliotecários
- Indústria de informação especializada: provedores de informação
- Bases de dados referenciais e de textos completos - Portal Capes
- Avaliação de fontes de informação
  - Critérios de avaliação de fontes de informação na Internet

## OBJETIVOS

Após encerramento da disciplina os alunos deverão:

- Conhecer alguns dos principais produtores, provedores e produtos de informação, integrantes do mercado editorial nacional e internacional;
- Conhecer diversos sistemas, serviços e fontes de informação impressas em papel e eletrônicas nacionais e internacionais;
- Conhecer os principais tipos de fontes de informação segundo a classificação: fontes primárias, secundárias e terciárias;
- Saber analisar questões de referência e planejar, executar, avaliar e modificar buscas mais complexas em fontes de informação impressas em papel e eletrônicas, especialmente aquelas das áreas de biblioteconomia e ciência da informação, assim como as que atendem às necessidades de informação de usuários de bibliotecas públicas e escolares;
- Conhecer os critérios para avaliação de fontes de informação;
- Entender e saber discutir problemas e perspectivas relacionadas com o impacto das fontes de informação impressas em papel e eletrônicas nas bibliotecas tradicionais e virtuais, assim como nas atividades gerenciais e técnicas de competência de bibliotecários.

## METODOLOGIA

Aulas expositivas

Trabalhos/exercícios individuais e em grupo

Debates baseados na bibliografia da disciplina

## BIBLIOGRAFIA BÁSICA

CAMPELLO, Bernadete Santos; CALDEIRA, Paulo da Terra. **Introdução às fontes de informação**. Belo Horizonte: Autêntica, 2005. 181 p.

CAMPELLO, Bernadete Santos; KREMER, Jeannette Marguerite. **Fontes de informação para pesquisadores e profissionais**. Belo Horizonte: UFMG, 2000. 319 p.

CUNHA, Murilo Bastos da. **Manual de fontes de informação**. Brasília: Briquet de Lemos, 2010. 182 p.

MEADOWS, Arthur Jack. **A comunicação científica**. Brasília: Briquet de Lemos, 1999. 268 p.

ROWLEY, Jennifer. **A biblioteca eletrônica**. Brasília: Briquet de Lemos, 2002.

TOMAÉL, Maria Inês (Org.). **Fontes de informação na Internet**. Londrina: EDUEL, 2008. 176 p.

TOMAEL, Maria Inês; VALENTIM, Marta Lígia Pomim (Org.) **Avaliação de fontes de informação na internet**. Londrina: Eduel, 2004. 155 p.

**Fonte:** ECI, Escola de Ciência da Informação, 2017.

No Quadro 9 a disposição dos itens é igual ao exposto no Quadro 8, incluindo neste, a metodologia pedagógica: aulas expositivas; trabalhos/exercícios individuais e em grupo; debates baseados na bibliografia recomendada.

As duas disciplinas do curso de Biblioteconomia da UFMG (Introdução as Fontes de Informação e Fontes de Informação para Pesquisadores e Profissionais), abordam os aspectos basilares e especializados de fontes, com preferência para a informação em ciência e tecnologia. Quanto a bibliografia, não foi constatado publicações que tratam de aspectos regionais, no entanto tem-se obras publicadas pela instituição.

Outra ementa à ser detalhada é do curso de Biblioteconomia da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Pela Lei nº 3.849, de 18 de dezembro de 1960, a Universidade de Santa Catarina foi fundada, inicialmente sendo composta pelas faculdades de Direito, Medicina, Farmácia, Odontologia, Filosofia, Ciências Econômicas, Serviço Social e Engenharia Social (CURSO DE GRADUAÇÃO EM BIBLIOTECONOMIA DA UFSC, 2015).

O curso de Biblioteconomia da UFSC foi criado em 1973 através da Portaria nº 208/73, de 10 de outubro de 1973, reconhecido no Parecer nº 3.129, de novembro de 1977 pelo Conselho Federal de Educação. Até o momento, deu-se a implantação de quatro grades curriculares: a primeira em 1973 (ano de fundação do curso), depois, em 1983, 1991, 2005 e a atual de 2015. (CURSO DE GRADUAÇÃO EM BIBLIOTECONOMIA DA UFSC, 2015).

As disciplinas **Fontes Gerais de Informação e Fontes Especializadas de Informação** serão disponibilizadas abaixo, no seu texto original, mostrando a composição curricular delas.

**Quadro 10** – Ementa detalhada da disciplina Fontes Gerais de Informação, do curso de Biblioteconomia da UFSC.

<b>Código</b>	<b>Nome da disciplina</b>	<b>Ementa</b>	<b>Carga Horária (CR)</b>
CIN7206	Fontes Gerais de Informação	Controle bibliográfico universal e nacional. Introdução às fontes de informação. Tipologia e finalidade das	4

		fontes de informação. Análise e avaliação das fontes de informação gerais.	
<b>Bibliografias</b>	<p><b>Bibliografia básica</b></p> <p>BLATTMANN, Ursula; FRAGOSO, Graça Maria (Org.). <b>O zapear a informação em bibliotecas e na Internet</b>. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.</p> <p>CAMPELLO, Bernadete; CALDEIRA, Paulo da Terra. <b>Introdução às fontes de informação</b>. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.</p> <p>CAMPELLO, Bernardete Santos; CENDÓN, Beatriz Valadares; KREMER, Jeannette Marguerite (Org.). <b>Fontes de informação para pesquisadores e profissionais</b>. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2003.</p> <p>CUNHA, Murilo Bastos. <b>Para saber mais: fontes de informação em ciência e tecnologia</b>. Brasília: Briquet Lemos, 2001.</p> <p>CUNHA, Murilo Bastos da. <b>Manual de fontes de informação</b>. Brasília, DF: Briquet de Lemos/Livros, 2010. xii, 182 p.</p> <p>SILBERGER, Kathryn K., SOUSA, Cláudia G. de BRINGHENTHI, Neide C. et. al. <b>Obras de referências: subsídios para uma avaliação criteriosa</b>. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1990.</p> <p>TOMAÉL, Maria Inês; VALENTIM, Marta Lígia Pomim. <b>Avaliação de fontes de informação na internet</b>. Londrina: Eduel, 2004.</p> <p><b>Bibliografia complementar</b></p> <p>ARRUDA, Susana Margaret de; CHAGAS, Joseane. <b>Glossário de biblioteconomia e ciências afins</b>. Florianópolis: Cidade Futura, 2002.</p> <p>KATZ, William A. <b>Introduction to reference work: basic information sources</b>. 7. New York: McGraw-Hill, 1997.</p>		

**Fonte:** Curso de graduação em biblioteconomia da UFSC, 2015.

Adaptado pelo autor.

A ementa mostra apenas os elementos básicos: seu conteúdo programático, código, carga horária, nome da disciplina e bibliografias. As obras indicadas são de referência na área de fontes (em nível nacional).

**Quadro 11** – Ementa detalhada da disciplina Fontes Especializadas de Informação, do curso de Biblioteconomia da UFSC.

<b>Código</b>	<b>Nome da disciplina</b>	<b>Ementa</b>	<b>Carga Horária (CR)</b>
CIN7508	Fontes Especializadas de Informação	Análise e avaliação de fontes especializadas de informação.	2
<b>Bibliografias</b>	<p><b>Bibliografia básica</b></p> <p>CUNHA, Murilo. B. <b>Manual de fontes de informação</b>. Brasília: Briquet de Lemos, 2010.</p> <p>FONTES DE INFORMAÇÃO NA INTERNET. Maria Inês Tomael (Org.). Londrina: Eduel, 2008. 176 p.</p> <p>ROWLEY, Jennifer. <b>A biblioteca eletrônica</b>. Brasília: Briquet de Lemos/Livros, 2002.</p> <p><b>Bibliografia complementar</b></p> <p>CAMPELLO, Bernadete S.; CENDÓN, B. V.; KREMER, J. M. (Org.). <b>Fontes de informação para pesquisadores e profissionais</b>. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2003.</p> <p>DIAS, Claudia. <b>Usabilidade na web: criando portais mais acessíveis</b>. Rio de Janeiro: Atlas Books, 2003.</p> <p>TOMAÉL, Maria I.; ALCARÁ, Adriana R.; SILVA, Terezinha E. da. Fontes de informação na Internet: critérios de qualidade. IN: FONTES de informação na Internet. Maria Inês Tomael (Org.). Londrina: Eduel, 2008. 176 p., Cap. 1. p. 3-28.</p>		

**Fonte:** Curso de graduação em biblioteconomia da UFSC, 2015.

Adaptado pelo autor.

Igual ao quadro 10 mostra apenas o básico, sendo a bibliografia básica e complementar dando ênfase ao meio eletrônico. Em ambas as disciplinas, nota-se a

preferência por livros, não tendo qualquer artigo científico que trate do assunto figurando na bibliografia.

## 6 ANÁLISE DE EMENTAS

Para que a disciplina tenha um direcionamento mais detalhado quanto ao que vai ser ministrado pelo docente, há a necessidade da criação de uma ementa. Raras são as publicações que tratam de conceituar ementa, sendo mais comum encontrar tais definições em dicionários.

Quanto a sua conceituação, seria a seguinte: “Síntese; texto curto e resumido que contém o essencial; ementa do curso. Nota; o que fica registrado de modo escrito” (DICIO, 2017). Esse é um conceito geral, onde é aprofundado um pouco mais como: “[...] uma descrição discursiva que resume o conteúdo conceitual ou conceitual/procedimental de uma disciplina” (PUCRS, 2017).

Tal definição funciona como uma listagem do conteúdo programático da disciplina, incluindo: o nome do curso, disciplina, nome do docente responsável por ministra-la, objetivo da disciplina, assuntos a serem abordados ao longo do período, carga horária, referências bibliográficas e outros pormenores.

Na língua inglesa o termo ementa é denominado *Syllabus*, que segundo o dicionário Oxford, de Hornby (2015, p. 1509) é: “a list of the topics, books, etc., that students should study in a particular subject at school or college”. Para o dicionário, a ementa é uma listagem dos conteúdos a serem ministrados aos estudantes.

No contexto dessa pesquisa, a ementa ganha um caráter importante, pois é o conteúdo nela escrito que pode-se chegar as conclusões sobre o ensino da disciplina, além de traçar um panorama do que foi lecionado no período.

Os estudos sobre análise de ementas são escassos, sendo tema preferencial de teses e dissertações, normalmente com foco em uma única disciplina em nível acadêmico. Na área específica de fontes de informação, cuja pesquisa pelos termos “ementa” e “ementas + fontes de informação” na Base de Dados em Ciência da Informação (BRAPCI) e na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), não teve qualquer êxito em encontrar estudos nesse campo do conhecimento biblioteconômico. No Tesouro de Ciência da Informação, o termo “ementa” e “fontes de informação” não aparecem, sendo os termos autorizados “controle bibliográfico” e “registros bibliográficos”.

O trabalho mais próximo na área biblioteconômica é o artigo de Moraes e Lucas (2013), que analisam as matrizes curriculares dos cursos de Biblioteconomia do Estado de Santa Catarina, sendo as ementas utilizadas apenas no intuito de

organizar as disciplinas em três categorias (interdisciplinares puras, interdisciplinares especializadas e núcleo duro) criadas pelas autoras, sendo o foco da pesquisa a interdisciplinaridade nas matrizes curriculares.

Em outras áreas foi possível encontrar tais estudos, como na dissertação de Souza (2010), apresentado no curso de mestrado em Contabilidade. Sua pesquisa se deu em analisar os conteúdos curriculares da disciplina **Controladoria**, nos cursos de graduação em Ciências Contábeis nas IES do sul do Brasil, onde em seus objetivos específicos, o autor identificou e comparou as ementas da referida disciplina com o parecer MEC/CNE/CES nº146/2002, que estabelece uma proposta curricular detalhada a diversos cursos de graduação no país, entre eles o de Ciências Contábeis.

A intenção é saber se nos ementários dos cursos que possuem a disciplina, o conteúdo está de acordo com o recomendado pelo Ministério da Educação. O procedimento metodológico por ele adotado, consistiu o seguinte:

A análise comparativa das ementas disponibilizadas pelas IES com as descritas na proposta curricular com o perfil profissional para os discentes em Ciências Contábeis, parecer MEC/CNE/CES nº 146/2002, foram classificadas em duas modalidades, aqui compreendidas como diferentes áreas de estudo da Controladoria, sendo elas: Disciplinas Obrigatórias e Disciplinas Optativas, cujos temas encontram-se descritos nos quadros 04 e 05, demonstrados na seção 2.3 dessa pesquisa. Para tal, foram elaboradas duas tabelas denominadas Análise das ementas com os conteúdos propostos pelo parecer MEC, ordenadas e estruturadas de forma a evidenciar quais IES possuíam no seu ementário, áreas de estudo (temas) iguais às sugeridas no parecer MEC, conforme evidenciado nas mesmas tabelas contidas na seção 4.2.2. Esse mesmo procedimento foi adotado igualmente para os três Estados. (SOUZA, 2010, p. 69)

Além disso, o autor propõe que o tratamento dos dados seja baseado em teorias e obras da área de Controladoria, para avaliação do conteúdo de acordo com os conhecimentos e práticas inerentes a disciplina.

Os resultados obtidos foram que a maioria dos cursos de Ciências Contábeis que possuíam a disciplina, estavam seguindo os temas recomendados pelo MEC com seus respectivos conteúdos curriculares atendendo as propostas básicas do ensino dessa área.

Outro estudo que utilizou as ementas foi a dissertação de Perse (2011), mas não no sentido de comparação e sim como uma determinada disciplina (LIBRAS), está sendo incorporada no âmbito de universidades do estado do Rio de

Janeiro, em cumprimento ao Decreto 5626/05 que garante aos portadores de surdez a educação por meio da Língua Brasileira de Sinais.

Cabe ressaltar a noção de ementa por parte de algumas universidades, conforme a própria autora constatou, durante a obtenção do ementário para sua pesquisa:

Em nossa coleta de dados, identificamos concepções distintas quanto ao que se entende como *ementa* pelas IES. Ao solicitarmos tal documento, uma universidade nos enviou apenas o item “ementa” da disciplina onde constavam os conteúdos a serem trabalhados. Outra instituição nos entregou um documento denominado “programa de disciplina” no qual constavam a *ementa*, os *objetivos da disciplina*, a *metodologia*, o *conteúdo programático*, a *avaliação* e a *bibliografia*. Os documentos entregues por duas outras instituições disponibilizavam informações referentes aos *objetivos*, *descrição da ementa* e *bibliografia*, porém traziam denominações distintas: *Formulário nº13 – Especificação da Disciplina / Atividade* e *Ementa de disciplina*. Por fim, uma universidade também disponibilizou os mesmos itens anteriores, mas sem nenhuma denominação para o documento que foi enviado por e-mail. (PERSE, 2011, p. 115-116).

Nota-se os diferentes graus de importância que cada universidade atribui a seus ementários, indo de uma mera listagem dos conteúdos ministrados a nomenclaturas diferentes de “ementa”.

Nos seus estudos, Perse (2011) analisou se os documentos possuíam os seguintes itens: **Descrição da ementa, objetivos da disciplina, conteúdo programático, metodologia, avaliação e bibliografia**. A autora focou no item descrição da ementa, que é o escopo da pesquisa, no qual o levantamento dos dados foi analisado de acordo com as teorias e estudos na área de deficiência auditiva, além do contido no Decreto 5626/05.

Os resultados indicam uma carência em estudos mais aprofundados sobre ementas, uma dificuldade das universidades analisadas em cumprir as definições do decreto, como por exemplo, pela falta de profissionais adequados no ensino de LIBRAS, além do conteúdo do ementário estar atrelado as práticas tradicionais de ensino, sem maiores debates e reflexões sobre metodologias adequadas a esse público específico.

Após estes dois exemplos de estudos sobre ementas, é necessário situar nesta pesquisa o papel dos docentes na composição do Projeto Pedagógico do Curso (PPC), onde o ementário está inserido. Em 2010, o MEC, primeiramente

através de um parecer e logo depois por meio de uma resolução, criou o Núcleo Docente Estruturante (NDE), explicado de modo aprofundado a seguir.

### 6.1 Núcleo docente estruturante

O Núcleo Docente Estruturante (NDE), foi criado pela Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (CONAES), vinculada ao MEC, através do Parecer N° 4 de 17 de Junho de 2010, que orienta que os cursos de graduação na qualificação e envolvimento docente nas atividades pedagógicas de seus respectivos cursos.

No texto do parecer, o NDE é assim definido:

O Núcleo Docente Estruturante – NDE foi um conceito criado pela Portaria N° 147 de 2 de fevereiro de 2007, com o intuito de qualificar o envolvimento docente no processo de concepção e consolidação de um curso de graduação. Neste instrumento legal, em seus artigos 2º, inciso IV, referente à autorização de cursos de Medicina, e 3º, inciso II, referente à autorização de cursos de Direito, o NDE é caracterizado por ser “responsável pela formulação do projeto pedagógico do curso – PPC, sua implementação e desenvolvimento, composto por professores: a) com titulação em nível de pós-graduação *stricto sensu*; b) contratados em regime de trabalho que assegure preferencialmente dedicação plena ao curso; e c) com experiência docente.”

Do ponto de vista da avaliação, objeto desta CONAES, trata-se de um conceito que realmente poderá contribuir não só para a melhora do processo de concepção e implementação do projeto pedagógico de um curso de graduação, mas também no desenvolvimento permanente dele, com vista a sua consolidação. (BRASIL, 2010a, p. 1)

Esse corpo docente, segundo o parecer, deverá ser diferenciado do colegiado do curso, por este primeiro ter um forte papel administrativo, devendo então ser mais focado na parte pedagógica. Salienta que os mesmos componentes do colegiado, poderão fazer parte do NDE. A comissão que deve constituir um NDE deve ter como atribuições:

[...] contribuir para a consolidação do perfil profissional pretendido do egresso do Curso; zelar pela integração curricular interdisciplinar entre as diferentes atividades de ensino constantes no currículo; indicar formas de incentivo ao desenvolvimento de linhas de pesquisa e extensão, oriundas de necessidades da graduação, de exigências do mercado de trabalho e afinas com as políticas públicas relativas à área de conhecimento do curso, além de zelar pelo cumprimento das Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de graduação. (BRASIL, 2010a, p. 2)

Na mesma data de emissão deste parecer, o CONAES institucionaliza o NDE, com a publicação da Resolução N° 01, de 17 de Junho de 2010, que apenas ratifica o exposto no parecer, onde em seu Parágrafo Único, exige que seus componentes sejam docentes com perfil de liderança no âmbito acadêmico do curso, além de quantificar um percentual mínimo e determinar a renovação parcial dos integrantes em determinado tempo (BRASIL, 2010b).

Os cursos de graduação pelo país tiveram que elaborar seus NDE conforme os dispositivos jurídicos explicitados acima. Especificamente na UFPA, o curso de Biblioteconomia criou seu Núcleo Docente Estruturante, conforme descrito adiante.

#### 6.1.1 Núcleo docente estruturante na FABIB

A Faculdade de Biblioteconomia da UFPA (FABIB), através da ata de reunião do Conselho da Faculdade, do dia 09 de maio de 2013, entre outras deliberações, escolheu os membros para compor o NDE, onde assim está registrado:

O diretor passou a tratar da escolha dos membros do NDE, ressaltando que o núcleo docente estruturante é composto por três professores, e tem por objetivo coordenar, avaliar e definir as ações de mudanças ou adaptações necessárias no PPC de Biblioteconomia. (REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DA FACULDADE DE BIBLIOTECONOMIA DA UFPA, 2013)

O Projeto Pedagógico do Curso (PPC) é o motivo da implantação do NDE na faculdade, onde as atribuições do núcleo se fixam sobre a administração deste documento.

Em 2015, em ata de reunião ordinária do Conselho da Faculdade, realizada no dia 20 de outubro de 2015, faz sua primeira mudança no NDE, aumentando o número de docentes para cinco e substituindo um deles (REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DA FACULDADE DE BIBLIOTECONOMIA DA UFPA, 2015a).

No mesmo ano, em outra reunião ordinária do Conselho da Faculdade, realizada em 12 de novembro de 2015, foi tratada a criação do regulamento do NDE, onde o docente presidente da comissão fez um breve resumo sobre o conteúdo do

documento (REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DA FACULDADE DE BIBLIOTECONOMIA DA UFPA, 2015b).

## 6.2 As ementas da disciplina fontes de informação

Conforme o disposto no capítulo 2 sobre as etapas de análise das ementas, foi obtido 1 (uma) ementa de cada um dos quatro períodos curriculares, na secretaria da faculdade, com a técnica administrativa Liana Magda dos Santos Couceiro. Apenas o último período não foi necessária sua obtenção na secretaria, visto que seu conteúdo está disponível no site da faculdade de biblioteconomia da UFPA. Cabe salientar que os documentos repassados a esta pesquisa, são os que se encontram nos arquivos da Fabib, seja o original impresso ou em formato eletrônico.

O ementário que serve de amostra é assim composto: ementa da disciplina **Bibliografia I e II** de 1981 (primeiro período curricular); ementa da disciplina **Métodos e Técnicas da Pesquisa Bibliográfica** de 1985 (segundo período curricular); ementa da disciplina **Fontes de Informação I e II** de ano específico desconhecido (terceiro período curricular); e a ementa da disciplina **Fontes de Informação I e II** de 2009 (quarto e atual período curricular).

A ementa equivalente ao primeiro período (Bibliografia I e II de 1981) difere da nomenclatura dada pelo currículo mínimo de 1962, caracterizado pelas alterações descritas no capítulo 5, seção 5.1.1. O mesmo caso se aplica a ementa do segundo período (Métodos e Técnicas da Pesquisa Bibliográfica, de 1985); as ementas do terceiro e quarto períodos, não sofreram alterações de nomenclaturas, entretanto, o documento que representa a ementa do terceiro período curricular, não apresenta o ano específico de sua elaboração; é deduzível que foi produzido após o ano 2000, visto que a obra mais recente na sua bibliografia utilizada pertence a este ano.

Os pontos de análise, apresentados no capítulo 2, cujos resultados serão mostrados mais adiante são: I. Período em que a ementa foi elaborada; II. Objetivos da disciplina; III. Tópicos abordados; IV. Nível de detalhamento dos temas; V. Procedimentos de ensino; e VI. Bibliografia utilizada e recomendada.

Logo abaixo no Quadro 12, é exposto os dados coletados, obedecendo ao disposto nas etapas 1 e 2, do capítulo 2.

**Quadro 12** – Dados obtidos das ementas inseridas nos períodos curriculares.

<b>Ano de elaboração da ementa / Nome da disciplina</b>	<b>Resultado dos Pontos de Análise</b>
1981 (primeiro período) / Bibliografia I e II	<p>I. 1981 (primeiro período);</p> <p>II. Não consta na ementa;</p> <p>III. <u>(Bibliografia I)</u>: Bibliografia: histórico, definição, conceito. Controle bibliográfico. Repertórios bibliográficos: tipos. Manuais e Guias de referência. Dicionários. Enciclopédias. Bibliografias. Ementário e coleções de leis. Repertórios bibliográficos.</p> <p><u>(Bibliografia II)</u>: Guias de instituições. Guias de periódicos. Catálogos coletivos. Bibliografias especializadas. Tipos de obras de referências ligadas à bibliografias especializadas;</p> <p>IV. Normal;</p> <p>V. Não consta na ementa;</p> <p>V. Não consta na ementa.</p>
1985 (segundo período) / Métodos e Técnicas da Pesquisa Bibliográfica	<p>I. 1985 (segundo período);</p> <p>II. Não consta na ementa;</p> <p>III. Pesquisa bibliográfica: conceituação. Etapas da pesquisa. Terminologia e classificação de documentos (TB-49). Orientações para pesquisa. Estudo da NB-66. O uso da biblioteca. Normalização de originais (TCC);</p> <p>IV. Normal;</p> <p>V. Não consta na ementa;</p> <p>VI. Não consta na ementa.</p>
(terceiro período) / Fontes de Informação I e II	<p>I. Ano específico desconhecido (Terceiro período);</p> <p>II. <u>(Fontes de Informação I)</u>: proporcionar aos discentes, ensinamentos acerca dos princípios, métodos, fundamentos e estruturas das diversas formas de suporte e acesso do conhecimento (FI's).</p> <p><u>(Fontes de Informação II)</u>: evidenciar a importância das fontes de informação especializadas para a pesquisa científica / proporcionar conhecimento sobre fontes de informação especializadas internacionais, bases de dados e sistemas de informação / capacitar discentes a elaborarem pesquisa documental e nas bases de dados.</p> <p>III. <u>(Fontes de Informação I)</u>: Introdução aos estudos das FI's (conceitos, tipos de</p>

	<p>fontes, características, obras de referência como fontes impressas do conhecimento), demanda e fontes de informação, análise de fontes de informação (arranjo estrutural das fontes impressas, arranjo estrutural e formas de acesso as fontes digitais), instituições como fontes de informação (as instituições produtoras de conhecimento, as instituições armazenadoras e difusoras do conhecimento), etapas da pesquisa bibliográfica, estratégias de busca da informação, informação tecnológica, bases de dados como fontes de informação (introdução, conceitos, as tecnologias de informação, recursos necessários para produção e acesso, as bases de dados nacionais e internacionais), fontes de informação como produto, as tecnologias de informação, gerenciamento das fontes de informação, bibliografias nacionais, redes de informação em ciência e tecnologia (introdução, acesso, participação).</p> <p><u>(Fontes de Informação II)</u>: sistemas automatizados de informação, redes de informação e bases de dados, tipos de sistemas de informação e bases de dados, pesquisa on line e bases distribuídas em disquetes e CD-ROM, principais bases de dados bibliográficas internacionais, principais bases de dados nacionais, acesso a bases de dados, bibliografias por tipo específico de conteúdo, bibliografias por assuntos específicos (ciência da informação, ciências sociais, ciências puras, ciências aplicadas, tecnologia);</p> <p>IV. Alto</p> <p>V. <u>(Fontes de Informação I e II)</u>: aulas expositivas, palestras, trabalhos de grupos, seminários, uso de recursos de internet, filmes;</p> <p>VI. <u>(Fontes de Informação I e II)</u>:</p> <p>ARAÚJO, Terezinha de. O que é preciso saber sobre patentes. Vida industrial, agosto, 1985.</p> <p>ARAÚJO, Vânia Maria Rodrigues Hermes de. Estudo dos canais informais de comunicação técnica: seu papel na transferência de tecnologia e na inovação tecnológica. Ci. Inf., Rio de Janeiro, v. 8, n. 2, p. 79–100, 1979.</p> <p>ARAÚJO, Zilda Galhardo de. Guia de bibliografia especializada. Rio de Janeiro: Associação Brasileira de Bibliotecários, 1969.</p> <p>AVALIAÇÃO de repertórios em agricultura, ciência da informação e direito: uma análise de conteúdo. Ci. Inf. v. 27, n. 3, p. 284–291, 1998.</p> <p>BENEYTO, Juan. Informação e sociedade: os mecanismos sociais da atividade informativa. Petrópolis: Vozes, 1974.</p> <p>BRAGA, Gilda Maria. Fontes de informação bio-médicas. Rio de Janeiro: Centro de</p>
--	--

	<p>Bibliotecnia, 1985.</p> <p>CAMPELLO, Bernardete Santos et al. Fontes de informação atualizadas: características e utilização. 2. ed. Belo Horizonte: UFMG, 1993.</p> <p>_____ et al. Formas e expressões do conhecimento: introdução às fontes de informação. Escola de Biblioteconomia da UFMG, 1998.</p> <p>CRUZ, Jane Veiga C.; BECKMANN, Clodoaldo F. R. Bibliografia: um esboço histórico. Belém: Editora UFPA, 1995.</p> <p>DALLA ZEN, Ana Maria. Canais, fontes e usos da informação científica: uma abordagem teórica. Rev. Biblioteconomia e Comum, Porto Alegre, n. 4, p. 24–41, jan./dez., 1989.</p> <p>DAVENPORT, Thomas H. Ecologia da informação. São Paulo: 2000.</p> <p>FIGUEIREDO, Laura Maria de; CUNHA, Leila Galvão Caldas da. Curso de bibliografia geral. Rio de Janeiro: Record, 1967.</p> <p>GORMAN, Paul N. Information Needs of Physicians. Journal of the American Society for Information Science, v. 46, n. 10, p. 729–736, 1995.</p> <p>GUEDES, Maria das Graças Targino M.; BARROS, Antonio Teixeira de. Comunicação informal do corpo docente da Universidade Federal do Piauí. Transinformação, v. 5, n. 1/3, p. 43–71, 1993.</p> <p>KREMER, Jeanette M. Avaliação de fontes de informação usada por engenheiros. Rev. Escol. Biblioteconomia, Brasília, v. 10, n. 2, p. 66–78, 1982.</p> <p>LANCASTER, F. W. Indexação e resumos: teoria e prática. Brasília: Brinquet de Lemos/Livros, 1993.</p> <p>RODRIGUES, Maria da Paz Lins; MUALEM, Joana Rita Vilas Boas. Canais de comunicação utilizados pelos pesquisadores da Universidade Federal do Maranhão. Ci. Inf., Brasília, v. 22, n. 3, p. 237–241, set./dez., 1993.</p> <p>SAYÃO, Luis Fernando. Bases de dados: a metáfora da memória científica. Ci. Inf., Brasília, v. 25, n. 3, 314–318, set./dez., 1996.</p>
--	--

	<p>SCHLIE, Theodore W. A utilização da informação sobre patentes em países em desenvolvimento: Ci. Inf., Brasília, v. 6, n.2, p. 55–98, 1997.</p> <p>SOUZA, Denise Helena Farias de. Guia bibliográfico de matemática, física e química. Belém: Gráfica Sagrada Família, 1976.</p> <p>SOUZA, Rosali Fernandez de. Padrões de comunicação em ciência: o caso da física da matéria condensada no Brasil no período 1950–1980. Informare, Rio de Janeiro, v. 2, n. 1, p. 1–118, jan./jun., 1996.</p> <p>TESTA, James. A base de dados ISI e seu processo de seleção de revistas. Ci. Inf., Brasília, v. 27, n. 2, p. 233–235, maio/ago., 1998.</p>
<p>2009 (quarto período) / Fontes de Informação I e II</p>	<p>I. 2009 (quarto período);</p> <p>II. Não consta na ementa;</p> <p>III. (Fontes de Informação I): Fontes de informação. Guias de obras de referência, periódicos e de instituições. Bibliografias especializadas nacionais e internacionais. Patentes. Revisões de literatura. Comunicação científica. Periódico científico. Periódicos de Biblioteconomia e Ciência da Informação. Catálogo Coletivo Nacional – CCN. Comutação Bibliográfica – COMUT. Fontes de Informação sobre a Amazônia.</p> <p>(Fontes de Informação II): Sistemas informatizados de informação. Redes de informação e bases de dados. Tipos de sistemas de informação e tipos de bases de dados. Estrutura de bases de dados. Metadados. Pesquisa on line e em CD–ROM. Principais bases de dados bibliográficos nacionais e internacionais. Acesso a bases de dados.</p> <p>IV. Normal;</p> <p>V. Não consta na ementa;</p> <p>VI. (Fontes de Informação I):</p> <p>AVALIAÇÃO de repertórios em agricultura, ciência da informação e direito: uma análise de conteúdo. Ci. Inf. v. 27, n. 3, p. 284–291, 1998.</p> <p>BENEYTO, Juan. Informação e sociedade: os mecanismos sociais da atividade informativa. Petrópolis: Vozes, 1974.</p> <p>CAMPELLO, Bernardete Santos et al. Fontes de informação atualizadas: características e utilização. 2. ed. Belo Horizonte: UFMG, 1993.</p> <p>_____ et al. Formas e expressões do conhecimento: introdução às fontes de informação. Escola de Biblioteconomia da UFMG, 1998.</p>

<p>CRUZ, Jane Veiga C.; BECKMANN, Clodoaldo F. R. Bibliografia: um esboço histórico. Belém: Editora UFPA, 1995.</p> <p>DALLA ZEN, Ana Maria. Canais, fontes e usos da informação científica: uma abordagem teórica. Rev. Biblioteconomia e Comum, Porto Alegre, n. 4, p. 24–41, jan./dez., 1989.</p> <p>GORMAN, Paul N. Information Needs of Physicians. Journal of the American Society for Information Science, v. 46, n. 10, p. 729–736, 1995.</p> <p>GUEDES, Maria das Graças Targino M.; BARROS, Antonio Teixeira de. Comunicação informal do corpo docente da Universidade Federal do Piauí. Transinformação, v. 5, n. 1/3, p. 43–71, 1993.</p> <p>KREMER, Jeanette M. Avaliação de fontes de informação usada por engenheiros. Rev. Escol. Biblioteconomia, Brasília, v. 10, n. 2, p. 66–78, 1982.</p> <p>LANCASTER, F. W. Indexação e resumos: teoria e prática. Brasília: Brinquet de Lemos/Livros, 1993.</p> <p>SCHLIE, Theodore W. A utilização da informação sobre patentes em países em desenvolvimento: Ci. Inf., Brasília, v. 6, n.2, p. 55–98, 1997.</p> <p>SILVA, Terezinha Elizabeth da; TOMAÉL, Maria Inês. In: TOMAÉL, Maria Inês; VALENTIM, Maria Lígia Pomim (Orgs). Avaliação de fontes de informação na internet. Londrina: Eduel, 2004, p. 1–17.</p> <p>(Fontes de Informação II):</p> <p>ARAÚJO, Terezinha de. O que é preciso saber sobre patentes. Vida Industrial, agosto, 1985.</p> <p>ARAÚJO, Vânia Maria Rodrigues Hermes de. Estudo dos canais informais de comunicação técnica: seu papel na transferência de tecnologia e na inovação tecnológica. Ci. Inf., Rio de Janeiro, v. 8, n. 2, p. 79–100, 1979.</p> <p>DAVENPORT, Thomas H. Ecologia da informação. São Paulo: Futura, 2000.</p> <p>RODRIGUES, Maria da Paz Lins; MUALEM, Joana Rita Vilas Boas. Canais de comunicação utilizados pelos pesquisadores da Universidade Federal do Maranhão. Ci. Inf., Brasília, v. 22, n. 3, p. 237–241, set./dez., 1993.</p>
---

	<p>SAYÃO, Luis Fernando. Bases de dados: a metáfora da memória científica. Ci. Inf., Brasília, v. 25, n. 3, 314–318, set./dez., 1996.</p> <p>SOUZA, Rosali Fernandez de. Padrões de comunicação em ciência: o caso da física da matéria condensada no Brasil no período 1950–1980. Informare, Rio de Janeiro, v. 2, n. 1, p. 1–118, jan./jun., 1996.</p> <p>TESTA, James. A base de dados ISI e seu processo de seleção de revistas. Ci. Inf., Brasília, v. 27, n. 2, p. 233–235, maio/ago., 1998.</p>
--	--

**Fonte:** Ementas das disciplinas. Adaptado pelo autor, 2018.

Após a exposição das ementas com os resultados dos itens abordados da Etapa 2, as seguintes diferenças foram identificadas:

a) 1981 (primeiro período): Apenas em relação ao currículo mínimo de 1962, o nome da disciplina;

b) 1985 (segundo período): Em relação a ementa de 1981, nome da disciplina; os itens II, IV, V e VI é o mesmo em ambos, ou seja, não consta nas ementas essas informações; no item III as diferenças ficam por conta da ementa de 1981 mostrar o que é bibliografia e sua tipologia, enquanto na ementa de 1985, aborda a pesquisa bibliográfica, sua tipologia e o estudo de algumas normas da ABNT;

c) (terceiro período): Em relação a ementa de 1985, o nome da disciplina; possui os itens II, V e VI (este último item conta com 22 bibliografias listadas), que não constam na ementa do segundo período; nos itens III e IV, apresenta de forma detalhada seu conteúdo, englobando fontes especializadas e vários tópicos ligados a área da informática (pesquisa on line e tecnologias da informação, por exemplo);

d) 2009 (quarto período): Em relação a ementa do terceiro período curricular, a nomenclatura permaneceu a mesma; não apresenta os itens II e V; nos itens III e IV, seu conteúdo não é tão detalhado quanto a ementa do terceiro período, entretanto, sendo mais abrangente ao se aprofundar ainda mais na área da informática (metadados), incluir patentes e revisões de literatura, além de fontes de informação sobre a Amazônia; no item VI, possui 19 bibliografias listadas, sendo 18 obras recomendadas idênticas as do terceiro período e 1 (uma) bibliografia nova (ano 2004); na ementa do período anterior, aparecem 4 obras que foram eliminadas

da ementa de 2009 (os anos de publicação são 1969, 1985, 1967 e 1976, na ordem da bibliografia).

Dando prosseguimento a pesquisa, segue-se a última etapa, a análise ementária. O Quadro 13, mostrará o resultado da análise de cada ementa em seus respectivos períodos, em consonância com o disposto na etapa 3, do capítulo 2. Eis então, um panorama do ensino em cada época, concluindo com um comentário acerca do que esperar sobre fontes de informação, baseado em estudos recentes da área.

**Quadro 13 – O tipo de ensino baseado nas ementas analisadas.**

<b>Ano em que a ementa foi elaborada / Nome da disciplina</b>	<b>Resultado da análise</b>
1981 (primeiro período) / Bibliografia I e II	Considerando o contexto histórico do período, com várias transformações no campo político e tecnológico, além da atual disciplina Fontes de Informação ainda não ter se consolidado na época, temos uma formação pautada no material impresso, onde a técnica e o manuseio de sistemas analógicos, foram o domínio dos discentes que cursaram a disciplina.
1985 (segundo período) / Métodos e Técnicas da Pesquisa Bibliográfica	Nesse segundo período (o mais curto dos quatro), a formação do alunato é muito semelhante ao anterior, cujo diferencial é sua proposta voltada ainda mais para o tecnicismo norteamericano, sendo no fim do período (início dos anos 1990), já se fazia necessário a inclusão de conteúdo da área de informática na disciplina, com a adesão das instituições de ensino aos microcomputadores e bases de dados eletrônicas.
Ano específico desconhecido (terceiro período) / Fontes de Informação I e II	O período é marcado pela intensa evolução tecnológica, desde os sistemas automatizados, até a migração em massa dos periódicos impressos para o meio eletrônico. Tem-se um ensino voltado para esses meios tecnológicos, em paralelo com a pesquisa em suporte impresso, e cada vez mais a busca de informações especializadas, no intuito de bem servir as necessidades informacionais de públicos diversificados.
2009 (quarto período) /	No quarto e atual período curricular, o discente tem um ensino

Fontes de Informação I e II	com ainda mais especificidade de fontes abrangidas, uma ênfase maior na pesquisa e acesso de informações em meio eletrônico. O material impresso é transmitido como um fator histórico, não mais como um ato efetivo de pesquisa, culminando com eliminações de algumas bibliografias do século passado e inclusão de uma obra voltada a fontes na internet, além de informação de cunho regional, abordando conteúdo sobre a Amazônia.
-----------------------------	---

**Fonte:** Elaborado pelo autor, 2018.

A utilização desse modelo, feito por etapas contendo itens, teve sua base na pesquisa de Perse (2011), aqui usando terminologias mais adequadas ao objetivo proposto. A opção de descrição e análise em quadros, parte da citação sobre a metodologia usada por Souza (2010), onde as tabelas foram substituídas pelos quadros, em face de adequação da pesquisa em caráter qualitativo.

De um modo geral, percebe-se a evolução da disciplina, onde só ganhou sua nomenclatura atual a partir de 1993, observando a historicidade curricular, sempre em consonância com as diretrizes curriculares do MEC e da instituição de ensino a qual pertence.

Através de pesquisas como as de Paggi e Correa (2012), nota-se uma tendência na área de fontes, oficializadas nas ementas dos cursos da UFC e UFMA no Quadro 7: a avaliação das fontes de informação. A obra de Silva e Tomaél (2004) serve como referência sobre o assunto, definindo critérios que constituem uma base para diversos formatos atuais e futuros de fontes de informação.

Paggi e Correa (2012) consideram que fontes não científicas, podem ser recomendadas, desde que, se faça uma avaliação seguindo modelos técnicos. A sugestão fica para, uma possível inclusão de um tópico abordando fontes não científicas, como avaliar a importância e credibilidade das informações para uma determinada área do conhecimento.

## 7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O aspecto histórico de uma disciplina acadêmica é de grande importância tanto para a instituição de ensino, quanto para seus componentes: envolve a memória. É salutar que não se perca no tempo, as memórias que como era o ensino e a prática nas várias décadas de existência na Faculdade de Biblioteconomia da UFPA, ajudando a entender a diferença na formação de profissionais da área em tantas épocas.

Nesta pesquisa, o enfoque foi nas ementas de Fontes de Informação, na qual seu conteúdo está contido junto a outras disciplinas nos programas pedagógicos, elaborados ao longo dos anos. Por todo este trabalho, a historicidade é muito presente, onde intensionou expor, com a descrição e análise desse tipo de documento, o que foi transmitido ao alunato ingressante.

A contextualização em cada período curricular, conjuntamente com a situação da disciplina em outras faculdades pelo país, nos dá um panorama favorável acerca de seu desenvolvimento, aplicando seus conhecimentos em qualquer suporte e documento, passível de ser uma fonte de informação.

Foi interessante nessa pesquisa, para mim, descobrir mais sobre a história da Biblioteconomia, da UFPA e da faculdade, onde pude visualizar toda a trajetória feita até chegar ao panorama atual. Também digno de destaque, a pesquisa sobre outras instituições que oferecem o curso: suas nomenclaturas, propostas, informações repassadas ao público e peculiaridades.

A descrição e análise das ementas, demandou esforço e satisfação com os resultados alcançados, onde o ensino descrito nos conteúdos correspondeu a época histórica vivida no país. Percebi que nos anos finais de cada período, fazia-se necessária as mudanças de conteúdo, já que o século XX (se estendendo para o XXI), com o avanço tecnológico acentuado, novas temáticas e práticas tiveram que ser introduzidas nos conteúdos programáticos.

O direcionamento que este trabalho pode vir a sinalizar é, uma contribuição aos estudos do Núcleo Docente Estruturante da Faculdade de Biblioteconomia da UFPA, responsável pela avaliação do Projeto Pedagógico do Curso.

Através desta pesquisa, espera-se incentivar o interesse pela historicidade de outras disciplinas igualmente importantes na área biblioteconômica,

voltadas a Fabib, assim preservando a memória da instituição e servindo de subsídio para a avaliação docente sobre os rumos pedagógicos a tomar nos anos subsequentes.

Essa pretensão aqui suscitada decorre do baixo número de publicações voltadas para a faculdade, principalmente as de caráter histórico, visto que ainda há muitos aspectos não abordados, merecendo trabalhos que as identifiquem, impedindo que se percam no tempo.

## REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Nelma Camêlo; FACHIN, Juliana. Evolução das fontes de informação.

**Biblos: Revista do Instituto de Ciências Humanas e da Informação**, Rio Grande – RS, v. 29, n.1, p. 81-96, 2015. Disponível em: <<https://www.seer.furg.br/biblos/article/view/5463/3570>>. Acesso em: 3 jul. 2017.

ARRUDA, Susana Margaret de. **Glossário de biblioteconomia e ciências afins**. Florianópolis: Cidade Futura, 2002.

BARBOSA NETO, Pedro Alves; CARVALHO, Luciana Moreira; CUNHA, Jacqueline de Araújo. Curso de Graduação em Biblioteconomia da UFRN: proposta metodológica para sua reformulação. **Revista Informação na Sociedade Contemporânea**, Natal, v. 1, n. 2, p. 1-23, 2017. Disponível em: <<https://periodicos.ufrn.br/informacao/article/view/11579>>. Acesso em: 03 nov. 2017.

BECKMANN, Clodoaldo F. R. **Para a História da UFPA: o ensino da Biblioteconomia**. Belém: EDUFPA, 2007.

BIREME. **Guia 2001 de desenvolvimento da Biblioteca Virtual em Saúde**. São Paulo, 2001. Disponível em: <<http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:9HMvJX99nQoJ:www.bireme.br/bvs/reuniao/doc/guiabvs2001.doc+&cd=1&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br>>. Acesso em: 27 out. 2017.

BLATTMANN, Úrsula. **Fontes de Informação: Primárias, Secundárias e Terciárias**. 2015. Disponível em: <<http://bib-ci.wikidot.com/fontes-primarias>>. Acesso em: 11 ago. 2017.

BRASIL. Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior. Sobre o Núcleo Docente Estruturante – NDE. **Parecer CONAES N° 4, de 17 de junho de 2010**. Brasília, 17 jun. 2010. Disponível em: <<https://portal.mec.gov.br/conaes-comissao-nacional-de-avaliacao-da-educacao-superior/atas-pareceres-e-resolucoes>>. Acesso em: 22 nov. 2017.

\_\_\_\_\_. Normatiza o Núcleo Docente Estruturante e dá outras providências. **Resolução N° 01, de 17 de junho de 2010**. Brasília, 17 jun. 2010. Disponível em: <<https://portal.mec.gov.br/conaes-comissao-nacional-de-avaliacao-da-educacao-superior/atas-pareceres-e-resolucoes>>. Acesso em: 22 nov. 2017.

CAPES, Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. **Capex 60 anos, revista comemorativa**. Brasília: Assessoria de Comunicação Social da CAPES, 2011.

CASTRO, Cesar Augusto. **História da Biblioteconomia Brasileira**. Brasília: Thesaurus, 2000.

CUNHA, Murilo Bastos da; CAVALCANTI, Cordélia Robalinho O. **Dicionário de biblioteconomia e arquivologia**. Brasília: Briquet de Lemos, 2008.

CURSO de graduação em biblioteconomia da UFSC. **Projeto pedagógico do curso de graduação em biblioteconomia da Universidade Federal de Santa Catarina**. 2015. Disponível em: <[http://biblioteconomia.ufsc.br/files/2014/10/BBD\\_PPC\\_2016.pdf](http://biblioteconomia.ufsc.br/files/2014/10/BBD_PPC_2016.pdf)>. Acesso em: 14 nov. 2017.

DICIO, Dicionário Online de Português. **Ementa**: significado de ementa. 2017. Disponível em: <<https://www.dicio.com.br/ementa/>>. Acesso em: 28 ago. 2017.

DUARTE, Sérgio Guerra. **Dicionário Brasileiro de Educação**. Rio de Janeiro: Antares; Nobel, 1986.

ECI, Escola de Ciência da Informação da UFMG. **Programas de Disciplinas**. 2017. Disponível em: <<http://colgradbiblio.eci.ufmg.br/o-curso/programas-de-disciplinas-1/2017-1>>. Acesso em: 08 nov. 2017.

FABIB, Faculdade de Biblioteconomia da UFPA. **Histórico**. 2017. Disponível em: <[http://www.ufpa.br/biblio/02/index.php?option=com\\_content&view=article&id=13&Itemid=19](http://www.ufpa.br/biblio/02/index.php?option=com_content&view=article&id=13&Itemid=19)>. Acesso em: 25 out. 2017.

REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DA FACULDADE DE BIBLIOTECONOMIA DA UFPA, 2013, Belém. **Ata do dia 09 de maio de 2013**. Belém: FABIB, 2013.

\_\_\_\_\_, 2015, Belém. **Ata do dia 20 de outubro de 2015**. Belém: FABIB, 2015.

\_\_\_\_\_, 2015, Belém. **Ata do dia 12 de novembro de 2013**. Belém: FABIB, 2015.

FACHIN, Odília. **Fundamentos de metodologia**. 5. ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2006.

FLICK, Uwe. **Introdução a pesquisa qualitativa**. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.

FRANÇA, Ricardo Orlandi. A Patente. In: CAMPELLO, B. S.; CENDÓN, B. V.; KREMER, J. M. (Orgs.). **Fontes de informação para pesquisadores e profissionais**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2000.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

HEEMANN, Vivian. **Avaliação ergonômica de interfaces de bases de dados por meio de checklist especializado**. Florianópolis, 1997. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) – Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Tecnológico, Florianópolis, 1997.

HORNBY, A. S. **Oxford advanced learner's dictionary of current English**. Eighth edition. London: Oxford University Press, 2015.

LANCASTER, F. W. **Indexação e resumos: teoria e prática**. Brasília: Briquet de Lemos, 1993.

LIMA, Gercina Ângela Borém; MENDONÇA, Andraíne Elizabeth Muselli de. A utilização do MicroISIS no Brasil. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 3, n. 2, p. 125-136, 1998. Disponível em: <[http://www.brapci.inf.br/\\_repositorio/2010/11/pdf\\_cae117b31a\\_0012659.pdf](http://www.brapci.inf.br/_repositorio/2010/11/pdf_cae117b31a_0012659.pdf)>. Acesso em: 25 no. 2017.

MALTA, Shirley Cristina Lacerda. Uma abordagem sobre currículo e teorias afins visando à compreensão e mudança. **Espaço do Currículo**, João Pessoa, v.6, n.2, p.340-354, 2013. Disponível em: <<http://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/rec>>. Acesso em: 25 out. 2017.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, Sistema e-MEC. **Perguntas Frequentes: Quais são os indicadores de qualidade informados pelo Cadastro?** 2017. Disponível em: <<http://www.emec.mec.gov.br>>. Acesso em: 08 nov. 2017.

MORAES, Marielle Barros de. A Interdisciplinaridade da biblioteconomia a partir da sua historicidade curricular. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v. 11, n. especial, p. 9-26, 2015. Disponível em: <<http://www.basessibi.c3sl.ufpr.br/brapci/v/a/20723>>. Acesso em: 25 out. 2017.

MORAES, Marielle Barros de; LUCAS, Elaine de Oliveira. A interdisciplinaridade da biblioteconomia em Santa Catarina a partir dos currículos de formação. **Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina**, Florianópolis, v. 18, n. 1, p. 676-697, 2013. Disponível em: <<http://www.brapci.inf.br/index.php/article/download/41487>>. Acesso em: 18 jan. 2018.

NORONHA, Daisy Pires; FERREIRA, Sueli Mara Soares Pinto. Índices de citação. In: CAMPELLO, B. S.; CENDÓN, B. V.; KREMER, J. M. (Orgs.). **Fontes de informação para pesquisadores e profissionais**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2000.

OLIVEIRA, Dalgiza Andrade; OLIVEIRA, Marlene. A Interlocução entre ciência da informação e biblioteconomia no Brasil. **Informação & Sociedade: Estudos**, João Pessoa, v.23, n.3, p. 43-54, 2013. Disponível em: <<http://basessibi.c3sl.ufpr.br/brapci/v/a/14175>>. Acesso em: 30 out. 2017.

PAGGI, Laís Cristina; CORREA, Elisa Delfini. Revista Bravo!: análise de um periódico não científico como fonte de informação na área literária. **Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina**, Florianópolis, v. 17, n. 1, p. 6-26, 2012. Disponível em: <<http://www.brapci.ufpr.br/brapci/index.php/article/download/20091>>. Acesso em: 07 ago. 2017.

PARANÁ (Estado). **Diretrizes curriculares da educação básica**. Curitiba: Secretaria de Estado da Educação do Paraná, 2008. Disponível em: <[http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/diretrizes/dce\\_port.pdf](http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/diretrizes/dce_port.pdf)>. Acesso em: 15 nov. 2017.

PERSE, Elissandra Lourenço. **Ementas de LIBRAS nos espaços acadêmicos: que profissionais para qual inclusão?** Rio de Janeiro, 2011. 202 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Centro de Educação e Humanidades, Instituto de Letras, Programa de Pós-Graduação em Linguística, Rio de Janeiro, 2011.

POBLACIÓN, Dinah Aguiar. Pesquisa e pós-graduação em Ciência da Informação e Biblioteconomia no Brasil: duas fases (1970/85- 1992). In: ENCONTRO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO E BIBLIOTECONOMIA, 12, São Paulo, 1992, **Anais...** São Paulo, 1992. p. 7.14.

PUCRS, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. **Guia de produção textual: como redigir uma ementa**. 2017. Disponível em: <<http://www.pucrs.br/gpt/ementa.php>>. Acesso em: 28 ago. 2017.

ROWLEY, J. **Informática para bibliotecas**. Brasília: Briquet de Lemos, 1994.

SILVA, Terezinha Elisabeth; TOMAÉL, Maria Inês. Fontes de informação na internet: a literatura em evidência. In: TOMAÉL, Maria Inês; VALENTIM, Maria Ligia Pomim (Orgs.). **Avaliação de fontes de informação na internet**. Londrina – PR: Eduel, 2004. p. 1-17.

SILVA, Tomaz Tadeu. **Documentos de Identidade: uma introdução às teorias do currículo**. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

SOBRINHO, Telma Socorro Silva; BECKMANN, Clodoaldo F. R. **A Evolução do currículo de biblioteconomia na UFPA**. Belém: Departamento de Biblioteconomia da UFPA, 1996.

SOUZA, Claudio Marcio de. **Um Estudo dos conteúdos temáticos curriculares ministrados na disciplina de controladoria nos cursos de graduação em ciências contábeis do sul do Brasil**. Florianópolis, 2010. 359 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Sócio-Econômico, Programa de Pós-Graduação em Contabilidade, Florianópolis, 2010.

SOUZA, Denise H. Farias de. **Publicações periódicas: processos técnicos, circulação e disseminação seletiva da informação**. Belém: EDUFPA, 1992.

SOUZA, Francisco das Chagas de. **O ensino de Biblioteconomia no contexto brasileiro: século XXI**. Florianópolis: UFSC, 2009.

VALENTIM, Maria Lígia Pomim. Estrutura de bases de dados: modelos de metadados e a qualidade de resposta. **Transinformação**, Campinas, v. 13, n. 1, p. 67-80, 2001. Disponível em: <<https://www.periodicos.puc-campinas.edu.br/seer/index.php/transinfo/article/view/1526>>. Acesso em: 02 dez. 2017.

VEIGA, Ilma Passos de Oliveira. Projeto político-pedagógico da escola: uma construção coletiva. In: SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO. RIO GRANDE DO SUL. **Caderno temático: currículo: avaliação como processo, metodologia, interdisciplinaridade, ritmo, tempo, espaço, conteúdos/conhecimento**. Maio 2000, p. 13-16.

VIANA, Michelângelo Mazzardo Marques. Uma breve história da automação de bibliotecas universitárias no Brasil e algumas perspectivas futuras. **RICI: Revista Ibero-Americana de Ciência da Informação**, Brasília, v. 9, n. 1, p. 43-86, 2016. Disponível em: <[http://www.brapci.inf.br/index.php/article/download\\_view/45599](http://www.brapci.inf.br/index.php/article/download_view/45599)>. Acesso em: 25 nov. 2017.